AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 42 | Nº 09 | SETEMBRO 2022 | R$ 15,00



ATENÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS DO CRÉDITO RURAL

CUSTOS EMBUTIDOS NOS FINANCIAMENTOS FAZEM O PRODUTOR PAGAR BEM MAIS CARO PELOS EMPRÉSTIMOS

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

SOJA RESULTADO POSITIVO PARA O PRODUTOR, MAS INFERIOR AO DAS DUAS ÚLTIMAS SAFRAS

SUSTENTABILIDADE O BRASIL PRECISA PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DAS REGRAS GLOBAIS

EXPORTAÇÃO MERCADO CHINÊS ABRE-SE PARA A IMPORTAÇÃO DO MILHO BRASILEIRO

Soluções BASF 100% Algodão. Quem usa confia.

Quando buscamos tecnologias inovadoras, sempre pensamos no objetivo final: maximizar sua produtividade. Essas soluções são para você, que confia na mais alta qualidade de fibra, por um Legado que inspira gerações, safra após safra.



0800 0192 500
BASF.AgroBrasil
BASF Agricultural Solutions
BASF.AgroBrasilOficial
agriculture.basf.com/br/pt.html
blogagro.basf.com.br
@basf_agro_br

ATENÇÃO ESTE PRODUTO É PERIGOSO À SAÚDE HUMANA, ANIMAL E AO MEIO AMBIENTE. USO AGRÍCOLA. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO. CONSULTE SEMPRE UM AGRÔNOMO. INFORME-SE E REALIZE O MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS. DESCARTE CORRETAMENTE AS EMBALAGENS E OS RESTOS DOS PRODUTOS. LEIA ATENTAMENTE E SIGA AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO RÓTULO, NA BULA E NA RECEITA. UTILIZE OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. RESTRIÇÃO TEMPORÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ NA CULTURA DO ALGODÃO: STANDAK® TOP PARA OS ALVOS *COLLETOTRICHUM GOSSYPII, FUSARIUM OXYSPORUM F.SP. VASINFECTUM* E *LASIODIPLODIA THEOBROMAE*,



Sementes

FiberMax®

Tratamento de Sementes

Acronis®
Poncho®
Standak® Top
Votivo® Prime
Ilevo®

Fungicidas

Opera® Ultra
Orkestra® SC
Belyan®
Blavity®
Spot® SC

Herbicidas

Heat®
Liberty®
Prowl® H_2O

Inseticidas

Fastac® Duo
Fastac® 100 SC
Imunit®
Nomolt® 150
Pirate®

Regulador de Crescimento

Pix® HC

Soluções Digitais

xarvio® FIELD MANAGER PRO
xarvio® FIELD MANAGER Premium
xarvio® SCOUTING

BASF na Agricultura.
Juntos pelo seu Legado.

BASF
We create chemistry

OPERA® ULTRA PARA O ALVO *MYROTHECIUM RORIDUM*, FASTAC® 100 SC PARA O ALVO *HELIOTHIS VIRESCENS*, PONCHO® PARA O ALVO *FRANKLINIELLA SCHULTZEI* E LIBERTY® NA CULTURA DO ALGODÃO LIBERTYLINK®. REGISTRO MAPA: STANDAK® TOP Nº 01209, HEAT® Nº 01013, PIX® HC Nº 06400, ORKESTRA® SC Nº 08813, OPERA® ULTRA Nº 09310, SPOT® SC Nº 0516, NOMOLT® 150 Nº 01393, IMUNIT® Nº 08806, FASTAC® 100 SC Nº 04496, FASTAC® DUO Nº 10913, LIBERTY® Nº 05409, PONCHO® Nº 07003, VOTIVO® PRIME Nº 32717, PROWL® H_2O Nº 05920, ACRONIS® Nº 4111, BELYAN® Nº 03922, BLAVITY® Nº 10820, ILEVO® Nº 32819 E PIRATE® N° 05898.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima

Rua Itapeva, 474 - 6º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

contato@agroanalysis.com.br
gvagro.fgv.br

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

06 EDITORIAL

08 **ENTREVISTA**
FABIANA VILLA ALVES
O FUTURO DA AGRICULTURA NACIONAL ESTÁ NO PLANO ABC+

11 **FRASES & COMENTÁRIOS**

12 **MACROECONOMIA**
INCERTEZA NA INFLAÇÃO

13 **AGRODROPS**

14 MERCADO & NEGÓCIOS

14 PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2022

16 CAPA DE OLHO NA SAFRA 2022/23 DE SOJA

18 FERROVIAS NO AGRO: ESTAMOS OLHANDO PARA O FUTURO?

26 POLÍTICA AGRÍCOLA

26 CAPA É PRECISO RECUPERAR A NARRATIVA EM TEMAS DO AGRO

27 GESTÃO

27 CAPA A TAXA DE JUROS CAMUFLADA PELO CUSTO DO CRÉDITO

33



ABRAPA
13º CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO

29



SINDAG
CONGRESSO CELEBRA 75 ANOS DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

39



CAPA **ANEC**
MILHO E SOJA COMANDAM A SAFRA 2021/22

22 **ANPII**
NITROGÊNIO NA SOJA: UMA ESTRATÉGIA VITORIOSA

24 **ABIOVE**
A MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL NO BRASIL

44 **ABPA**
SIAVS 2022 REGISTRA RECORDES E AMPLIA FORÇA SETORIAL

49 **FAESP**
ACESSO AO CRÉDITO RURAL ESTÁ PRESSIONADO PELOS CUSTOS DE PRODUÇÃO ELEVADOS

50 **DIÁRIO DE BORDO**
SURFAR OU SE AFOGAR

51 **PRODUZIR**
CRÉDITO AGRÍCOLA: MAIS UM PASSO PARA MODERNIZAR

52 **OPINIÃO**
BIOENERGIA: FONTE DE UM FUTURO MELHOR

53 **REFLEXÃO**
INTEGRAÇÃO: O CAMINHO DO BRASIL

54 **PIMAGRO**

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CUIDADO COM A TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL

O MOVIMENTO da sociedade civil parece ter reduzido a turbulência política das eleições. Com isso, espera-se que o câmbio flutue menos, mas ainda deve ficar ao redor de R$ 5,00. Em função da redução dos impostos, os últimos levantamentos mostram a inflação em queda, devendo ela fechar o ano ao redor de 8%. Nesse cenário, a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75%, deve subir pouco – se subir. No entanto, a Selic deve ficar um bom tempo no nível atual.

Esse contexto da taxa Selic superior à inflação (que deve ser ainda menor em 2023) significa juros reais positivos (e elevados). Assim como a nossa matéria de capa alerta, deve-se dar muita atenção à taxa de juros dos financiamentos rurais. Sobre o valor a ser disponibilizado nas operações de crédito, incidem custos que, muitas vezes, não são percebidos pelo produtor ou são ignorados diante da necessidade de recursos ou da falta de uma fonte alternativa. No entanto, apenas como exemplo, o acréscimo de um custo de operação de 3% a.a. (algo bem provável de acontecer) sobre uma taxa de juros pré-fixada de 12% a.a. resultaria em uma taxa de juros final de 15,5% a.a, valor que é muito desafiador para qualquer atividade produtiva, principalmente para o agro.

Quanto ao resultado esperado para a safra corrente, as margens, no caso da soja produzida em Mato Grosso, serão positivas, mas inferiores ao resultado da safra 2021/22. Considerando a forte elevação nos custos de produção e adotando um cenário conservador de preço médio (adequado para o processo de planejamento), o resultado projetado é de um lucro próximo a R$ 1.900,00 por hectare em 2022/23. Nas duas ótimas safras anteriores, o lucro superou os R$ 5.000 por hectare.

Com o avanço da safra 2022/23, correm dois movimentos de interesse muito especial para o agro brasileiro. Primeiro, a definição do mandato de biodiesel dos atuais 10% para 14% (B14) entre janeiro e fevereiro de 2023 e em 15% (B15) a partir de março. Segundo, um movimento importante para o agro refere-se ao protocolo assinado pela China para importar milho do Brasil, cujo potencial de transação pode elevar os embarques de milho para aquele país a níveis próximos do atingido pela soja.

Para transportar toda essa produção, que cresce safra após safra, é preciso investir continuamente em logística. Nas ferrovias, apesar de o minério de ferro ainda ser, de longe, o principal produto em termos de volume transportado, respondendo por mais de 70% do total, os principais granéis agrícolas (soja, açúcar, farelo de soja e milho) têm aumentado continuamente os volumes transportados nos últimos dez anos. Em 2021, foram movimentados 20,7 milhões de toneladas de soja, açúcar, farelo de soja e milho, o que representa mais do que o dobro do transportado em 2010. A soja é a *commodity* agrícola que mais ganhou espaço nas locomotivas ferroviárias, aumentando três vezes o volume transportado no mesmo período. Quanto aos investimentos no setor, continuando na direção dos últimos anos, a tendência é de queda na participação do setor público. Assim, caberá ao Governo o papel de prover um ambiente seguro dos pontos de vista regulatório, jurídico e institucional, de modo a atrair o investidor privado.

Olhando para a agroindústria brasileira, uma nova projeção do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) indica que o setor deve registrar um crescimento de 1,9% neste ano, com uma significativa contribuição do segmento de produtos alimentícios e bebidas (2,2%). Até junho, os indicadores apontavam um movimento inconsistente de recuperação. Assim, essa mudança positiva de cenário pode ser explicada pela expectativa de melhora dos indicadores macroeconômicos (inflação, desemprego e crédito), somada ao efeito esperado do pagamento do Auxílio Brasil, que deve promover um aumento do consumo.

O protagonismo dos temas ambientais e climáticos na atividade agropecuária nacional cresceu com os resultados práticos positivos alcançados pelo Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) no período de 2010 a 2020. As metas estabelecidas e o balanço das emissões e dos sequestros de gases do efeito estufa (GEE) foram obtidos com um assertivo sucesso. Com essa experiência adquirida e o progresso ocorrido nas aplicações das tecnologias sustentáveis focadas nas zonas de clima tropical, foi lançado o Plano ABC+, de

olho no horizonte de 2030. Na entrevista do mês, a zootecnista Fabiana Villa Alves, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), detalha os pormenores de como se deu essa evolução até os dias atuais.

Apesar de todo esse avanço, o Brasil está longe de ter o reconhecimento da comunidade internacional quanto ao seu esforço em direção a um perfil de produção ambientalmente sustentável. Apesar de o País preservar mais de 66% dos biomas, utilizar apenas 7,8% da sua área total no cultivo agrícola e ter alcançado padrões avançados de produção sustentável em diversos setores, não consegue ser visto como um produtor sustentável, embora seja um dos maiores fornecedores em volume de alimentos para o mundo. Há problemas a ser corrigidos no caminho, mas o Brasil tem perdido a narrativa sobre a produção agropecuária sustentável e não tem participado da construção das normativas em torno de um novo arranjo para o comércio global desses produtos. Isso precisa mudar rapidamente. A criação do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV) – encubado na Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP) – tem como objetivo justamente ajudar o Brasil a construir essas narrativas, com base na elaboração e na divulgação de conhecimento científico sobre o assunto.

Por fim, em fase de pós-pandemia, os encontros técnicos e científicos do agro voltaram com uma forte participação presencial do público neste ano. A ***Agroanalysis*** cobriu alguns eventos importantes. O Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG) comemorou o 75° aniversário do primeiro voo de uma aeronave para combater a infestação de gafanhotos em Pelotas, no Rio Grande do Sul. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) realizou o Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura (SIAVS), enquanto, para completar, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) tocou o 13° Congresso Brasileiro do Algodão (CBA). ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

O FUTURO DA AGRICULTURA NACIONAL ESTÁ NO PLANO ABC+

FABIANA VILLA ALVES

Diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DEPROS/SDI/MAPA)

Da Redação

HÁ MUITOS anos, o Brasil mostra protagonismo nos temas ambientais e climáticos das atividades agropecuárias. O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) foi estabelecido em 2010. Os resultados alcançados até 2020 causaram surpresa positiva, tendo em vista o seu ineditismo à época. A zootecnista Fabiana Villa Alves, do MAPA, conta os pormenores dessa evolução até os dias atuais. Isso serviu de referência para a imagem do Brasil no exterior. Neste momento, a expectativa volta-se para o Plano ABC+, focado no ciclo de 2021 a 2030, com novas metas e tecnologias sustentáveis para traçar o futuro da agricultura nacional.

AGROANALYSIS: DE ONDE VEM A HISTÓRIA DO PLANO ABC?

FABIANA VILLA ALVES: Em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro (Rio-92), 179 países assinaram um tratado ambiental internacional para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera. Depois, em 1995, realizou-se a primeira Conferência das Partes (COP-1, na sigla em inglês), órgão supremo para a tomada de decisões das reuniões anuais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, também em inglês).

Na COP-15, em 2009, realizada em Copenhague, na Dinamarca, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de redução das suas emissões de GEE, mediante Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação (NAMAs, na sigla em inglês). Com esse ato, o Brasil oficializou o compromisso de reduzir entre 36,1% e 38,9% dos GEE, considerando todos os setores da economia, com mitigação de 1 bilhão de toneladas de CO_2 eq. para o período de 2010 a 2020.

QUANDO SURGEM AS SINALIZAÇÕES DO BRASIL FRENTE AO CONTEXTO MUNDIAL?

FVA: Pela Lei nº 12.187/09, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e, a seguir, o MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaboraram o Plano ABC. Assim, no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2010/11, apareceu a linha de crédito Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), cujas tecnologias a serem introduzidas tiveram de superar duas barreiras: os poucos



DIVULGAÇÃO

recursos disponíveis para financiamentos e a quebra de paradigmas existentes no setor produtivo.

Foi necessário um período inicial de aprendizado entre os proprietários, os prestadores de serviços, os colaboradores e, sobretudo, os gestores públicos para que se familiarizassem com essas práticas. Esses movimentos de tantos riscos na produção de alimentos mostram o protagonismo brasileiro nos temas ambientais e climáticos. Mais do que a mitigação relacionada às causas das mudanças climáticas e a adaptação para minimizar seus impactos, falávamos em segurança alimentar!

O PLANO ABC FOI DIFÍCIL DE DESLANCHAR POR CAUSA DE VISÕES ERRADAS?

FVA: Voluntárias, as metas fixadas para o Plano ABC foram consideradas arrojadas e desafiadoras para o padrão

tecnológico vigente na época. Mas era para ter sido o contrário, porque os seus pressupostos de construção baseavam-se na melhor ciência então disponível. Isso mostrava o quanto de tecnologias sustentáveis tínhamos à disposição. A intenção estava voltada, justamente, para mostrar com números os potenciais do setor agropecuário para mitigar os GEE, sem alterar, porém, a produtividade.

De qualquer forma, a importância da descarbonização nos processos de produção sofria certa descrença. Mal sabíamos da imensa capacidade de se incorporar CO_2 na biomassa vegetal e na estrutura dos solos brasileiros. Como as dúvidas superavam as certezas, o Plano ABC levou um tempo para decolar. Os resultados concretizaram-se a passos lentos e traziam esperança. Com um país de dimensões amplas e continentais, atravessadas por seis biomas de traços distintos, não foi fácil "fazer pegar" um Plano nacional.

POR QUE OS RESULTADOS MELHORARAM?

FVA: Após cerca de três anos de lançamento, o Plano ABC começou a ganhar força e confiança. Os produtores foram percebendo o efeito positivo de utilizar os seus sistemas produtivos e as tecnologias para expandir a área de implantação. O contexto mundial também se modificava. Em 2015, na COP-21 (na França), o Acordo de Paris estabeleceu a meta para manter o aumento da temperatura do Planeta em 1,5 °C, a fim de que o aquecimento global não ultrapassasse 2 °C. O Brasil negociou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada pretendida (iNDC), depois ratificada na COP-22, de 2016, em Marrakech, no Marrocos.

Para essas metas serem alcançadas, os países assumiram o compromisso de fazer sua parte. Era a hora dos sistemas sustentáveis do Plano ABC mostrarem uma agropecuária mais produtiva e rentável. Assim, percebeu-se que fazíamos parte da solução no balanço de GEE. Os estados e o Distrito Federal foram incentivados a criar grupos de gestores para a política pública aplicar essas práticas às realidades locais, com capacidade técnico-operativa, de acordo com a aptidão de produção das Unidades Federativas.

COMO FORAM INCORPORADAS AS AÇÕES DO PLANO ABC+, COM FOCO NO CICLO DE 2021 A 2030?

FVA: Havia a necessidade de fazer uma reformulação profunda de algo pensado e estabelecido há uma década, em outro contexto mundial. Isso exigiu um extenso período de análise das estratégias e dos resultados até então alcançados. Com olhar atencioso para as lições aprendidas, bem como para os novos compromissos pactuados, tivemos de atualizar as bases conceituais das tecnologias do sistema escolhido para compor a política pública. Assim, juntamos indicadores nacionais referentes a fatores de mitigação e adaptação estabelecidos pela pesquisa agropecuária nacional.

Esses índices refletem as nossas particularidades em termos de condições edafoclimáticas. O novo Código Florestal trouxe a base jurídica para fortalecer a adoção das práticas de conservação e recuperação ambientais, associadas às práticas agrícolas sustentáveis de baixa emissão de carbono. O conceito de abordagem integrada da paisagem (AIP), muito difundido na área ambiental, foi incorporado ao lema do ABC+: "Conservar e produzir é possível".

> **"ERA A HORA DOS SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DO PLANO ABC MOSTRAREM UMA AGROPECUÁRIA MAIS PRODUTIVA E RENTÁVEL."**

QUAIS METAS FORAM DEFINIDAS PARA 2030?

FVA: Em abril de 2021, tivemos o lançamento do ABC+, voltado para o ciclo de 2021 a 2030. As metas fixadas mostram o potencial acima da expectativa do setor rural brasileiro para aplainar os efeitos deletérios das mudanças climáticas. Além das seis tecnologias da primeira fase, houve a incorporação de duas novas: terminação intensiva de bovinos e sistemas irrigados. Um robusto sistema de governança de dados e informações foi estruturado para o recebimento dos dados oriundos da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Plataforma ABC) – fatores de emissão/remoção –, do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) – financiamento – e do Sistema de Governança do Plano ABC (SIGABC) – metas estaduais. Os Grupos de Gestores Estaduais (GEE) foram reativados e orientados para organizar os Planos de Ação Estadual (PAE).

Com a ampliação geral em termos de tecnologia, estima-se mitigar a emissão de mais de 1 bilhão de toneladas de CO_2 eq. Além de descarbonizar as cadeias produtivas e aumentar a conservação dos recursos naturais, o ABC+ promoverá uma maior adaptação das culturas e das comunidades aos efeitos negativos das mudanças climáticas.

COMO COMPARAR AS EMISSÕES DO BRASIL E DO MUNDO?

FVA: Entre os quinze países mais emissores do mundo, o Brasil responde,

na 14ª posição, por apenas 1,26% das emissões globais, com o equivalente a 478,15 milhões de toneladas de CO_2. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), 78% das emissões de GEE resultaram de queima de combustíveis fósseis e de processos industriais e 22% de atividades do homem (emissões antrópicas) nas últimas três décadas. Enquanto 10% vieram da produção de alimentos, o restante refere-se à mudança no uso da terra, como por meio do desmatamento.

Infelizmente, para o setor agropecuário, as métricas utilizadas não contabilizam a remoção de CO_2 do setor. Isso nos prejudica dos pontos de vista conceitual e prático. Os serviços ambientais e ecossistêmicos poderiam ser computados para a agropecuária como responsáveis pela descarbonização. As emissões do setor de agricultura, florestas e uso do solo (AFOLU, na sigla em inglês) representam apenas 0,5% das emissões globais, com o Brasil entre os países de maior emissão.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO E O SERVIÇO AMBIENTAL IMPACTAM A IMAGEM DO AGRO?

FVA: Muito. Nos últimos anos, a sociedade passou a ter mais acesso a informação, seja certa ou errada, e nos cobrar mais. Sempre trazemos como premissa para qualquer política pública que a sustentabilidade da agropecuária exerce um papel essencial no desenvolvimento de um modelo de crescimento justo e equânime para o Brasil. O primeiro Plano ABC teve resultados bastante positivos e se tornou uma referência internacional de política pública, apontando para um período de grande evolução da agropecuária tropical. As medidas utilizadas deixaram evidentes a relevância de se aplicar ciência e tecnologia aos sistemas produtivos. Isso ficou bem demonstrado nos resultados levados à COP-26, de 2021, em Glasgow, na Escócia, o que deverá se repetir na COP-27, em Sharm El-Sheikh, no Egito, neste ano.

> **"...JUNTAMOS INDICADORES NACIONAIS REFERENTES A FATORES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ESTABELECIDOS PELA PESQUISA AGROPECUÁRIA NACIONAL."**

Com ciência, tecnologia e inovação, o ABC+ servirá para o País aproximar-se dos almejados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Temos de comunicar os nossos esforços para cumprir os compromissos assumidos na COP-26, em especial para desestimular o avanço sobre áreas vegetadas e intensificar o uso de áreas já antropizadas. Precisamos "furar a bolha" e mostrar para a sociedade em geral que o agro, ao invés de vilão, é parte da solução.

O PLANO ABC+ ESTÁ PRONTO PARA DECOLAR?

FVA: Carregamos a experiência e o aprendizado de olhar a agropecuária nacional no contexto do desenvolvimento sustentável como parte da solução para enfrentar o desafio das mudanças climáticas e do aquecimento global. No Brasil, a agricultura sustentável alia o processo de produção ao serviço ambiental executado pelos produtores rurais para protegerem suas áreas de mata nativa. Garantir produtividade, diminuir riscos de perdas decorrentes de eventos climáticos e agregar valor ao produto são os principais objetivos para 2030.

A imagem do País está associada a melhores caminhos quando a opinião pública toma conhecimento das questões ligadas à sustentabilidade e de exigências ambientais. O ABC+ traz soluções poupa-floresta e poupa-terra. Precisamos de técnicos capacitados e empresas privadas engajadas em trazer avanços consideráveis em termos de transição para a economia descarbonizada. O ABC+ é uma política de Estado e traz lastro para mitigadoras e adaptadoras. Os dados comprovam que desenvolvemos uma agricultura baseada em ciência. ■

METAS PARA O PLANO ABC+

TECNOLOGIAS	Metas
PRPD[1]	30,0 milhões de hectares
SPD[2]	12,5 milhões de hectares
iLPF[3]	10,1 milhões de hectares
FP[4]	4,0 milhões de hectares
BI[5]	13,0 milhões de hectares
MRPA[6]	208,4 milhões de metros cúbicos
SI[7]	3,0 milhões de hectares
TI[8]	5 milhões de cabeças

1 Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas; 2 Sistema Plantio Direto, tanto de grãos (SPDg), quanto de hortaliças (SPDh); 3 Sistemas integrados, tanto do tipo Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), quanto agroflorestais (SAF); 4 Florestas plantadas; 5 Bioinsumos (incluindo fixação biológica de nitrogênio – FBN – e outros microrganismos); 6 Manejo de resíduos da produção agropecuária; 7 Sistemas irrigados; 8 Terminação intensiva

FRASES & COMENTÁRIOS


DIVULGAÇÃO

Lançamos, na B3, o Índice Agro (IAGRO) para medir o desempenho de 32 empresas do agronegócio. Avaliamos, agora, também lançar um subíndice para atender os quesitos da governança ambiental e social (ESG, na sigla em inglês).

Das 46 ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) realizadas em 2021, onze foram de companhias do setor agro. Crescemos nos títulos do agronegócio, como a Cédula de Produto Rural (CPR), com R$ 120 bilhões, e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

GILSON FINKELSZTAIN, presidente da B3

'O agro não pode parar', disse a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC). Então, temos a lição de casa de fazer uma comunicação para proporcionar a imagem externa merecida.

MARCOS MONTES, ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

A celebração de acordos comerciais para inserir e estimular a integração dos interesses regionais reforça a segurança alimentar. Por isso, precisamos de flexibilidade para exportar e importar alimentos.

As metodologias para cálculo das emissões no mercado de carbono são muito voltadas para o hemisfério Norte. Investirmos nas universidades estrangeiras ajuda a fazer uma conjunção de forças com trabalhos tropicais feitos no Brasil.

JACYR COSTA FILHO, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)

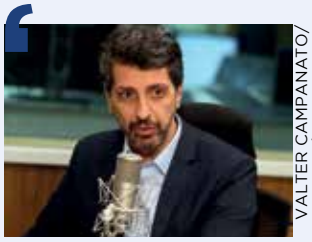
A integração das cadeias produtivas evolui, enquanto o mundo tropical brasileiro fortalece a biodiversidade e promove a segurança alimentar e energética.

Com protagonismo, o Brasil deve negociar com países amigos e atrair interesses nessa fase atual de visão geopolítica, climática, alimentar e energética.

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Hoje, como maior exportador de alimentos líquidos do mundo, na frente dos Estados Unidos, da Argentina, da Rússia e da Ucrânia, o Brasil firma-se como uma potência agroambiental, enquanto a Ásia demanda segurança alimentar e a Europa foca na questão ambiental.

GEDEÃO PEREIRA, vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)


VALTER CAMPANATO/ AGÊNCIA BRASIL

No programa Sistema Campo Limpo, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), o retorno das embalagens dos produtores é de 94%, enquanto a cadeia produtiva integra e financia essa economia circular.

Desafiador, o Brasil foi o primeiro país a introduzir o agro como ativo e solução para o problema do aquecimento global no mercado de carbono com uma estrutura moderna inovadora. Trata-se de uma atividade real e sustentável.

A 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-27/ UNFCCC, nas siglas em inglês), que ocorrerá neste ano, no Egito, será o palco para mostrar o Brasil que faz uma economia verde, real e sustentável.

JOAQUIM PEREIRA LEITE, ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

INCERTEZA NA INFLAÇÃO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

A ALTA da inflação ao longo dos últimos trimestres tem representado uma preocupação constante na economia brasileira. Desde o afrouxamento das medidas de isolamento social no segundo semestre de 2020, os preços assumiram uma dinâmica de aceleração gradativa.

A maior parte dessa alta da inflação foi decorrente de choques adversos de oferta. De um lado, a pandemia comprometeu as cadeias produtivas em vários segmentos e a retomada da atividade econômica ocorreu em um contexto de estoques baixos e produção em ritmo lento em vários setores. A resposta foi uma alta de preços de vários insumos e matérias-primas. Algo similar ocorreu do lado da produção de alimentos, o que gerou um impacto altista sobre seus preços. De outro lado, a cotação do dólar subiu significativamente, o que contribuiu para impulsionar a alta dos preços domésticos.

A somatória dos efeitos descritos traduziu-se em uma inflação que se acelerou significativamente desde 2020. Em um primeiro momento, a alta dos preços pôde ser percebida com uma maior intensidade olhando os preços no atacado, cujo comportamento é mais sensível a variações nos preços internacionais e na taxa de câmbio. No entanto, desde o início de 2021, a alta da inflação também pôde ser verificada nos preços ao consumidor, levando o Banco Central do Brasil (BCB) a subir a taxa de juros para tentar conter o processo inflacionário.

Inicialmente, a dimensão e a extensão do choque de oferta adverso sobre os preços foram subestimadas pelo BCB, o que o levou a um processo de aperto lento da política monetária frente a um quadro inflacionário em franca deterioração. Apenas no início deste ano, o BCB conseguiu posicionar a taxa de juros em uma posição consistente para lidar com a inflação elevada.

Em agosto último, o BCB elevou a meta da taxa Selic a 13,75% a.a., colocando-a acima da inflação acumulada em doze meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Teoricamente, esse patamar deveria ser suficiente para fazer a inflação desacelerar e convergir para um patamar mais baixo. Apesar disso, o BCB, no comunicado emitido ao final da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), sinalizou para a possibilidade de uma nova alta dos juros.

Existem razões concretas para o BCB se preocupar. A despeito dos juros, a atividade econômica brasileira segue em bom ritmo, sinalizando para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 2% neste ano, além de queda do desemprego. Em um contexto de inflação ainda elevada, esse cenário tende a inercializar a dinâmica da evolução dos preços, tornando mais difícil a queda da inflação.

Sob essa perspectiva, em um contexto de atividade econômica relativamente aquecida, uma desaceleração mais expressiva da inflação fica relativamente comprometida. Essa problemática é amplificada ante o quadro atual de política fiscal expansionista, em que o governo federal segue ampliando gastos e, com isso, estimulando a demanda agregada.

No curto prazo, o BCB teve o seu trabalho dificultado por força dos efeitos das desonerações promovidas nos preços de vários itens que compõem os índices de preços. Nesse sentido, a lei que incluiu vários itens como essenciais provocou uma redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre eles em vários estados, afetando seus preços. Além disso, o governo federal zerou tributos incidentes sobre combustíveis. Com isso, os índices de inflação referentes a julho e agosto últimos refletem esse efeito, o que torna difícil interpretar sua dinâmica.

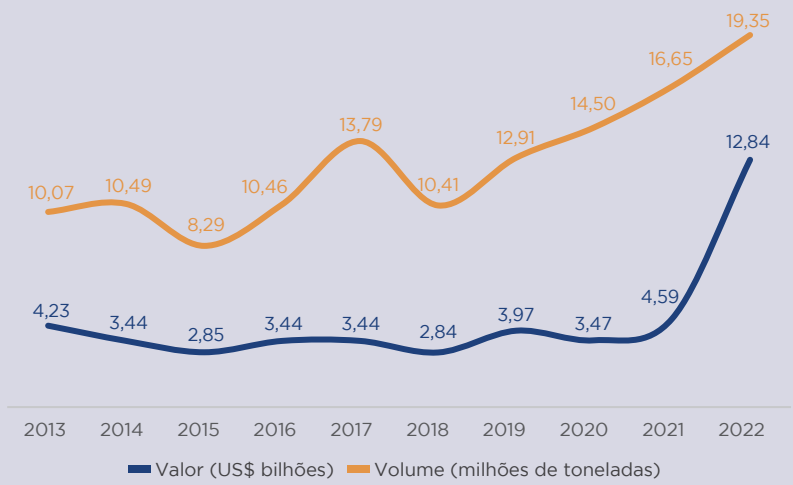
Isso significa que a dinâmica inflacionária, de fato, só será conhecida a partir dos índices de preços referentes a este mês, que serão divulgados em outubro próximo. Até lá, é difícil ter precisão acerca do que está ocorrendo no contexto da inflação no País.

A partir desse prisma, seria razoável o BCB entrar em compasso de espera e aguardar um pouco mais antes de realizar novos apertos na política monetária. Nesse sentido, manter a taxa Selic em 13,75% a.a. parece uma boa estratégia no curto prazo. ■

ANTECIPADA A IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES NO BRASIL

A guerra no Leste Europeu, com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro último – dois países importantes na produção de alimentos –, trouxe mais instabilidade aos mercados ainda sob os efeitos da pandemia. Nos fertilizantes, houve um forte aumento no preço, por causa da demanda aquecida, do bloqueio e da sanção econômica a grandes produtores, como a Rússia. O Brasil teve de mobilizar a área diplomática e empresarial para garantir o abastecimento interno desse insumo essencial. A pressão sobre os custos de produção da agropecuária aumenta com as importações recorde registradas tanto em quantidade, como em valor.

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES NO PRIMEIRO SEMESTRE



Fonte: SECEX

CRESCIMENTO NA COGERAÇÃO DE ENERGIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

Dados da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN) mostram que a capacidade para cogeração de energia em operação comercial no Brasil alcançou 20,1 gigawatts (GW) no primeiro semestre deste ano. A principal fonte de energia, com 60% do total, foi a biomassa oriunda do bagaço de cana-de-açúcar. Pelos cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esse número poderá aumentar com dois tipos de investimento. Primeiro, a modernização (*retrofit*) de 150 térmicas alimentadas com o bagaço de cana, mas sem exportação de energia excedente ao sistema elétrico. Segundo, a produção de biogás por meio de vinhaça e de torta de filtro.

CORREDOR DE EXPORTAÇÃO PARA ESCOAR GRÃOS DA UCRÂNIA

Com a mediação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Turquia, a Rússia e a Ucrânia selaram um acordo para escoar cerca de 25 milhões de toneladas de grãos desta. Os portos ucranianos de Odessa, Chornomorsk e Pivdennyi são a ponta de saída do corredor de exportação na região do mar Negro. O trato vale até o final de novembro próximo. A Ucrânia será a responsável pela escolta das embarcações para fora das áreas onde estão localizadas as suas minas aquáticas. Em ambiente de muita hostilidade, esse processo está sujeito a momentos de intermitência e surpresas.

A EXPECTATIVA E O AMBIENTE DA COP-27

Começa a ser traçada a agenda da 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-27/UNFCCC, nas siglas em inglês), a ser realizada em novembro próximo, no Egito. Os avanços dos acordos assinados na COP-26, em Glasgow, na Escócia, deverão ser avaliados, como o desmatamento, as emissões de metano e o texto do artigo 6º do Acordo de Paris, com as regras gerais para colocar em prática o mercado de carbono. Tudo acontece juntamente à guerra na Ucrânia, com a energia e a produção de alimentos tornando-se uma questão de segurança nacional e os combustíveis fósseis consolidando-se como um ativo econômico para muitos países.

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2022

ANDRÉ DIZ[1], ROBERTA POSSAMAI[2], FELIPPE SERIGATI[3]

A agroindústria brasileira deve registrar um crescimento de 1,9% neste ano, com uma significativa contribuição do segmento de produtos alimentícios e bebidas (2,2%). Esses são os principais resultados da nova projeção do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) para o setor.

SE CONFIRMADO, o crescimento de 1,9% esperando para a agroindústria neste ano será o primeiro registro de crescimento do setor desde 2019 (0,4%), dado que, em 2020 (-1,2%) e 2021 (-0,1%), a produção encerrou o ano em patamares negativos.

O movimento de recuperação apontado pelas projeções do FGV Agro para a produção da agroindústria brasileira ao longo do segundo semestre deste ano pode ser explicado, em parte, pela baixa base de comparação dos resultados consolidados no período de janeiro a junho, mas, também, pela expectativa de que a melhora dos indicadores macroeconômicos gerais (inflação, desemprego e crédito), somada ao efeito esperado do pagamento do Auxílio Brasil, tenha uma contribuição positiva para o crescimento do setor, que deve fechar o ano em patamares positivos de produção.

Até junho, o setor registra um movimento inconsistente de recuperação, alternando meses de crescimento da base mensal de variação com outros de queda, que, no curtíssimo prazo, tem anulado as taxas anteriores de variação positiva.

Vamos detalhar os resultados de junho último.

Em termos de variação mensal, frente ao mês imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), a produção da agroindústria brasileira apresentou uma queda de -1,0% na passagem de maio para junho, após registrar uma alta de 1,6% em maio. Essa alternância de queda seguida de alta também ocorreu nos meses de março (1,2%) e abril (-1,0%).

Enquanto, na margem, não é possível observar uma trajetória robusta de recuperação; quando a base de comparação é o mesmo mês do ano anterior, a sequência de crescimento mantém-se por quatro meses consecutivos, desde março. Isso indica que, na comparação com 2021, a agroindústria brasileira vem mantendo certa constância de taxas positivas de variação, reduzindo as taxas de contração quando a comparação é a variação acumulada no ano. Até março último, essa taxa estava em -1,4%, chegando a uma queda muito menor (-0,4%) nos dados de junho.

Essa trajetória oscilante reflete o comportamento dos segmentos que compõem a agroindústria.

Pelo lado da produção de alimentos e bebidas, há um crescimento em termos de variação acumulada no ano de 0,8% até junho. Esse é um desempenho distinto do observado para o segmento de produtos não alimentícios, cuja contração foi de -1,6% no período de janeiro a junho deste ano.

O resultado do segmento de alimentos e bebidas tem tido uma maior contribuição do setor de bebidas (+2,9% até junho), enquanto, na produção do setor de alimentos, o crescimento foi modesto até junho (+0,2%). O resultado do segmento de produtos não alimentícios tem sido muito afetado pelas contrações das atividades relacionadas a biocombustíveis (-12,8%) e têxtil (-9,0%), fazendo com o crescimento acumulado nos setores de insumos agropecuários (10,7%) e fumo (6,1%) não seja capaz de colocar a variação acumulada no ano (até junho) em patamares positivos.

Essa forte oscilação dos indicadores de desempenho da agroindústria não reflete, ao menos até o momento, os sinais de recuperação apresentados pelos principais indicadores macroeconômicos do Brasil.

O mercado de trabalho registra um crescimento da parcela de ocupados e uma contração da taxa de desemprego. No início do ano, o mercado de trabalho apresentava 95,4 milhões de ocupados e uma taxa de desocupação de 11,2% da sua população economicamente ativa. Nos dados de encerramento do primeiro semestre, a parcela de ocupados atingiu uma população de 98,2 milhões de brasileiros, com a taxa de desocupação chegando a 9,3% das pessoas aptas e dispostas a trabalhar.

PROJEÇÕES DO FGV AGRO PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2022
(% A.A.)

	Últimas projeções (dados até janeiro de 2022)			Projeções atualizadas (dados até junho de 2022)		
SEGMENTO	Pessimista	Base	Otimista	Pessimista	Base	Otimista
Agroindústria	-1,6	0,2	1,4	0,4	1,9	3,3
Produtos alimentícios e bebidas	-0,3	0,0	0,4	1,1	2,2	3,3
Produtos não alimentícios	-2,9	0,3	2,4	-0,5	-1,6	3,3

Fonte: FGV Agro

Apesar da contração do rendimento médio real, outro indicador relevante sobre o desempenho do mercado de trabalho – que apresentou uma queda de -7,7% desde o início do ano –, o panorama geral é de uma recuperação modesta do mercado da força de trabalho.

A inflação, que, em janeiro, apresentava uma taxa de variação acumulada em doze meses de 10,38%, apresenta desaceleração nos dados contabilizados até julho, estando em 10,07%. Como reflexo da mudança de comportamento dos preços dos combustíveis no mercado internacional, além da alteração dos preços domésticos por conta da isenção tributária dos estados, a evolução dos preços ao consumidor apresentou, pela primeira vez, uma reversão na trajetória de alta, com variação de -0,68% na passagem de junho para julho último.

Contribuiu para esse processo a elevação da taxa básica de juros por parte do Banco Central do Brasil (BCB), considerando a defasagem de resposta de aumentos da taxa Selic sobre os preços ao consumidor.

O mercado de crédito, considerando o volume de concessões de recursos livres tomado pelos agentes econômicos, também apresentou crescimento ao longo deste ano. Se, por um lado, o custo médio do crédito às famílias e às empresas apresentou alta; por outro lado, a parcela de inadimplentes (parcela da carteira de crédito com atraso superior a noventa dias) mostra estabilidade.

Observando o desempenho setorial da economia brasileira, no entanto, o retrato está longe de sinalizar um movimento robusto de recuperação, exceto no setor de serviços.

As vendas do comércio varejista brasileiro, já descontado o efeito da inflação, registram um crescimento acumulado no ano até junho de 1,4% – patamar inferior ao resultado apresentado até março (1,8%), com contração na comparação frente ao mesmo mês do ano anterior nos resultados de maio (-0,2%) e junho (-0,3%). Em termos de variação do volume de vendas no acumulado em doze meses, a contração passou de -0,4%, em maio, para -0,9%, em junho.

O setor de serviços, por sua vez, também registra uma variação positiva em termos acumulados ao longo do primeiro semestre do ano (+8,8%), com o crescimento acumulado em doze meses de 10,5% até junho, já descontado o efeito da alta dos preços. Em termos de patamar mensal de variação, registrou crescimento para todos os meses do ano, com o volume de vendas em junho último (frente a junho de 2021) registrando uma alta de 6,3%.

No caso da produção industrial, esse setor, no seu agregado, vem operando em patamares negativos para todos os recortes de variação em junho: -0,5% na comparação a junho último; -2,2% em termos de variação acumulada no ano; e contração de -2,8% em termos de variação acumulada em doze meses.

Assim, tanto pelo recorte de variação mensal (frente ao mesmo mês do ano anterior), quanto em termos de variação acumulada (seja no ano, seja em termos de variação acumulada em doze meses), a indústria brasileira apresenta o pior desempenho quando comparada a outros setores da atividade econômica.

Desta forma, sendo a agroindústria um componente do setor industrial, o seu desempenho está muito próximo da evolução apresentada pela indústria de transformação. Isso significa que o desempenho da produção da agroindústria brasileira apresenta patamares de variação abaixo dos observados pelos setores de varejo e serviços, ao menos até junho deste ano.

Com a premissa de a melhora do ambiente macroeconômico alterar a trajetória setorial, 2022 deve registrar um crescimento da agroindústria brasileira. ■

1 Mestre em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e pesquisador do FGV Agro – acosta.diz@gmail.com
2 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da FGV (FGV EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br
3 Doutor em Economia pela FGV EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

DE OLHO NA SAFRA 2022/23 DE SOJA

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI*

O resultado esperado para a soja na safra 2022/23, em Mato Grosso, ainda é positivo para o produtor, mas cairá bastante em comparação às duas últimas safras, as quais apresentaram ótimos resultados.

PARA O curto e o médio prazos, o câmbio e a situação das lavouras nos Estados Unidos são os principais fatores de direcionamento dos preços da soja em grão no mercado brasileiro. É preciso considerar, também, os estoques mais baixos do Brasil no segundo semestre.

No caso do dólar, o aumento da inflação nos Estados Unidos e as eleições no Brasil poderão pesar na cotação da moeda norte-americana.

Com relação ao clima nos Estados Unidos, as previsões indicam chuvas pontuais e temperaturas mais altas no curto prazo, o que mantém a cautela e incertezas com relação à safra norte-americana (2022/23), em fase crítica de desenvolvimento.

Para quem ainda tem soja da safra 2021/22 para negociar, o momento é oportuno para a venda, inclusive para a comercialização antecipada ou a trava de preço do grão da temporada 2022/23 brasileira.

Para setembro/outubro próximo, o clima no Brasil passará a ter uma grande importância sobre os preços no mercado de soja, em função de ser a época de início do plantio no País.

Ou seja, se tivermos atrasos nas chuvas (como em 2020/21) ou chuvas irregulares no desenvolvimento das lavouras (como em 2021/22), o cenário deverá ser de preços mais firmes por aqui. Mas é preciso considerar a previsão de aumento de área com soja no Brasil, que pode contrapor essa questão.

Outro ponto importante é que, em meados de outubro, tem início a colheita nos Estados Unidos (safra 2022/23), o que, sazonalmente, tende a pressionar para baixo as cotações no mercado mundial.



SHUTTERSTOCK

Já para a temporada 2022/23 no Brasil, a expectativa é de preços ainda em patamares mais altos para a soja em grão, mas, provavelmente, em um cenário mais baixo comparativamente à safra passada.

Isso porque são esperados um aumento da produção nos principais países produtores (como o Brasil e os Estados Unidos) e, consequentemente, um aumento nos estoques mundiais, mesmo com a crescente demanda chinesa.

Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), os norte-americanos deverão produzir 123,3 milhões de toneladas em 2022/23, frente a 120,7 milhões de toneladas colhidos em 2021/22. Para o Brasil, as projeções iniciais são de 149,0 milhões de toneladas na safra 2022/23, frente a 126,0 milhões de toneladas colhidos em 2021/22, também segundo o USDA.

Do lado da demanda, a China, maior compradora mundial, deverá importar 98 milhões de toneladas de soja em grão na safra 2022/23, frente a 90 milhões de toneladas importados em 2021/22.

Com isso, com relação aos estoques mundiais ao final de 2022/23, a previsão é de 101,41 milhões de toneladas, frente a 89,73 milhões de toneladas em estoques no final de 2021/22.

RETA FINAL DA SAFRA 2021/22

Em função do fenômeno La Niña, o clima, mais uma vez, ditou o ritmo no campo e no mercado de grãos, com destaque para o primeiro semestre, quando, só no Brasil, quase 15 milhões de toneladas a menos foram produzidos.

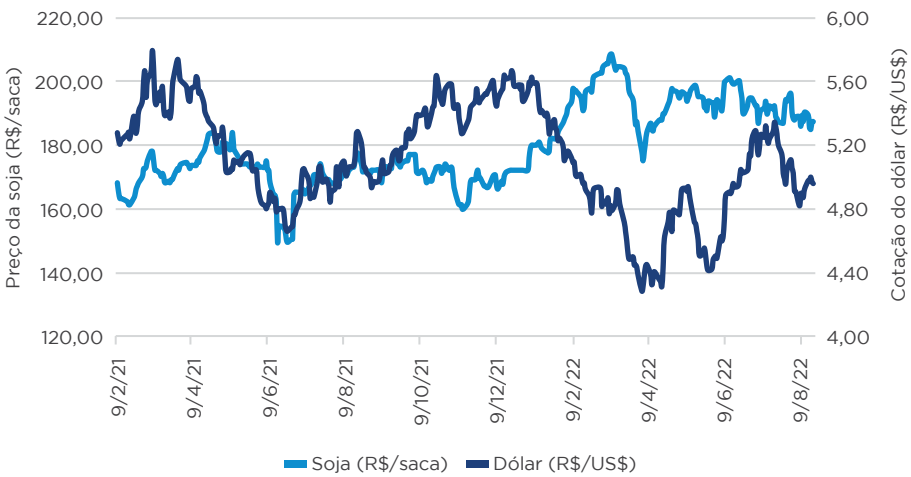
Esse cenário deu sustentação à cotação da soja no País no primeiro semestre, apesar dos recuos da moeda norte-americana no período. E, mesmo com o avanço da colheita no Brasil, os preços sofreram pouca pressão de baixa.

Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a referência no Porto de Paranaguá (no Paraná) fechou em R$ 187,50 por saca (em 23 de agosto último) – um recuo de 2,5% no acumulado do mês, mas 6,5% acima do registrado em igual período do ano passado. Com a colheita, a referência chegou à mínima do ano, negociada a R$ 175,00 por saca em abril último, acompanhando a queda do dólar e uma maior oferta.

Hoje, o mercado acompanha a safra norte-americana 2022/23. Com o clima quente e seco por lá, as condições das lavouras semanalmente têm sido revisadas negativamente, preocupando a oferta norte-americana nos próximos meses.

A produção da oleaginosa nos Estados Unidos chegou a ser estimada em 126,3 milhões de toneladas em maio último. Agora em agosto, está estimada em 123,3 milhões de toneladas e novos cortes não estão descartados. Essa situação, junto à retomada da moeda norte-americana, limitou a pressão de baixa da entrada da safra brasileira.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA SOJA EM GRÃO NO PORTO DE PARANAGUÁ (R$/SACA) E COTAÇÃO DO DÓLAR (R$/US$)



Fonte: Scot Consultoria; BCB

RONDONÓPOLIS-MT: ESTIMATIVAS DE RESULTADOS ECONÔMICOS PARA A SOJA

SOJA (SAFRA DE VERÃO)	2020/21	2021/22	2022/23
Custos de produção (R$/hectare)	3.634,03	4.222,48	7.084,68
Produtividade média (sacas/hectare)	58,03	57,52	58,58
Preço médio de venda (R$/saca)	150,93	169,81	153,30
Receita (R$/hectare)	8.758,47	9.767,47	8.980,31
LUCRO (R$/HECTARE)	**5.124,44**	**5.544,99**	**1.895,63**

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

RESULTADOS ECONÔMICOS

A seguir, apresentamos as estimativas de resultados econômicos para a soja em Mato Grosso em 2020/21 e 2021/22 e as expectativas para 2022/23.

Para 2021/22, o preço de venda considerado foi a média de julho de 2021 a agosto de 2022, de R$ 169,81 por saca de 60 quilos, mas destacamos que a referência chegou a R$ 191,00 na região em março último e, atualmente, está em R$ 164,50 por saca, o que impacta os resultados de quem antecipou a venda da produção em 2021/22 ou deixou para negociar mais recentemente.

Apesar do aumento nos custos de produção e da ligeira queda na produtividade média das lavouras em 2021/22 frente a 2020/21, os preços em patamares historicamente elevados garantiram melhores resultados para a atividade, com um lucro médio de R$ 5.544,99 por hectare.

Para a safra 2022/23 que se inicia, consideramos um cenário de preço conservador, adequado à tomada de decisão.

Assim, o preço médio considerado para 2022/23 foi R$ 153,30 por saca em Rondonópolis-MT, ou seja, abaixo da média de 2021/22 e acima da média de 2020/21, segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA). Desta forma, considerando um aumento de 67,8% nos custos de produção da atividade e um incremento de 1,8% no rendimento médio das lavouras, também segundo o IMEA, o resultado projetado é de um lucro médio de R$ 1.895,63 por hectare em 2022/23, ou seja, bem abaixo do resultado médio em 2021/22, mas ainda positivo para o produtor, após dois anos com ótimos resultados. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria

FERROVIAS NO AGRO: ESTAMOS OLHANDO PARA O FUTURO?

DANIELA BACCHI BARTHOLOMEU[1], THIAGO GUILHERME PÉRA[2]

Este artigo avalia a evolução das movimentações dos principais granéis sólidos agrícolas nas ferrovias brasileiras desde 2010, evidenciando algumas tendências relacionadas ao uso da infraestrutura ferroviária no País.

MUITO SE fala da importância das ferrovias para a competitividade do agronegócio. De fato, são diversos os benefícios decorrentes de um maior uso de locomotivas, especialmente no Brasil, país de dimensões continentais e um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas do mundo. Além de um importante componente para reduzir os custos logísticos, a maior capacidade de transporte das composições ferroviárias também resulta em uma maior eficiência energética e menores emissões de gás carbônico por unidade transportada. Do ponto de vista social, possui uma contribuição relevante ao retirar parte do volume movimentado nas rodovias e, consequentemente, reduzir os riscos de acidentes.

Ano após ano, a produção de granéis sólidos agrícolas tem batido recordes, num movimento de expansão da fronteira agrícola para regiões cada vez mais distantes dos portos tradicionais de exportação. Elevado volume, longas distâncias e produtos de baixo valor agregado são o conjunto de características que evidencia a necessidade de alternativas ao transporte rodoviário, que apresenta uma baixa capacidade de transporte e uma baixa eficiência energética, mas ainda responde pela movimentação de mais de 60% das cargas no País.

A elevada dependência do transporte de cargas em relação às rodovias é resultado de uma oferta de infraestrutura desbalanceada: enquanto a malha rodoviária é de cerca de 1,5 milhão de quilômetros, o Brasil conta com apenas 30 mil quilômetros de ferrovias. Essa baixa densidade ferroviária (uma das mais baixas do mundo*) dificulta o acesso da produção à ferrovia, já que os terminais rodoferroviários acabam ficando ainda muito distantes das fazendas (a distância média até os terminais é da ordem de 700 quilômetros, de acordo com Péra, Caixeta-Filho e Salin (2021)).

TENDÊNCIAS

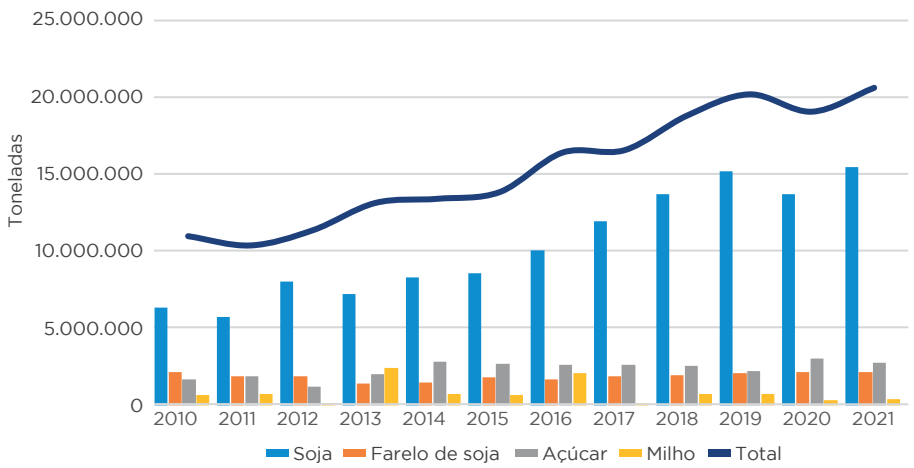
Apesar de o minério de ferro ainda ser, de longe, o principal produto em termos de volume transportado, respondendo por mais de 70% do total, os principais granéis agrícolas movimentados pelas ferrovias (soja, açúcar, farelo de soja e milho) têm observado um aumento nos volumes transportados nos últimos dez anos, tanto em termos absolutos, quanto relativos.

Em 2021, foram movimentados 20,7 milhões de toneladas de soja, açúcar, farelo de soja e milho, o que representa mais do que o dobro do transportado em 2010. Soja em grão é o produto mais representativo nessa cesta de produtos, respondendo por 15,4 milhões de toneladas movimentados em 2021. É, também, a *commodity* agrícola que mais conseguiu ganhar espaço nas locomotivas ferroviárias, aumentando três vezes o volume transportado em 2021 quando em comparação a 2010 (Figura 1).

Essa tendência de crescimento também é observada em termos relativos, uma vez que esses produtos agrícolas representavam 8,3% das movimentações em 2010 e respondem por 13,6% atualmente.

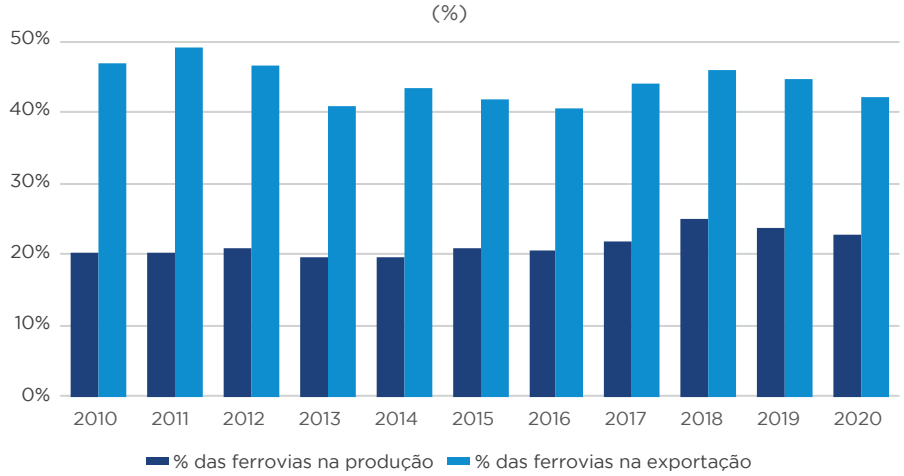
Por essa perspectiva, nota-se que o agronegócio tem, aos poucos, ganhado

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SOJA, AÇÚCAR, FARELO DE SOJA E MILHO ENTRE 2010 E 2021
(TONELADAS ÚTEIS)



Fonte: ANTT (2022)

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FERROVIÁRIA NA PRODUÇÃO E NA EXPORTAÇÃO



Fonte: baseado em Péra e Caixeta-Filho (2021)

espaço nas ferrovias cujos raios de captação atendem algumas regiões produtoras, como: Rumo Malha Sul, Rumo Malha Norte, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Rumo Malha Paulista, MRS, Ferrovia Norte-Sul (FNS) e FERROESTE.

Contudo, sob a ótica da participação das movimentações ferroviárias em relação à produção e à exportação de soja em grão, açúcar, farelo de soja e milho, a situação revela-se um pouco menos confortável. Por meio da Figura 2, é possível observar que, se, por um lado, a participação das movimentações ferroviárias de granéis sólidos agrícolas em relação ao total produzido passou de 20,1%, em 2010, para 22,8%, em 2020; por outro lado, a participação das movimentações ferroviárias de granéis sólidos agrícolas em relação ao total exportado caiu de 46,8%, em 2010, para 42,0%, em 2020. Isso indica que, no caso das exportações, há um descompasso nas taxas de crescimento do volume exportado e do volume transportado por ferrovia. Mais especificamente, o crescimento do volume exportado tem sido superior ao crescimento da oferta ferroviária, levando a uma redução da participação da ferrovia nas exportações desses granéis sólidos agrícolas.

Assim, ainda que as cargas do agronegócio tenham aumentado o volume e a participação nas movimentações ferroviárias, isso não tem sido suficiente para tornar a matriz de transporte mais equilibrada. Pelo contrário, as rotas de exportação têm aumentado a dependência dos caminhões.

Mudar esse cenário implica aumentar a oferta de infraestrutura ferroviária a uma taxa que supere o crescimento do volume a ser escoado. O que se observa, no entanto, é uma redução dos investimentos (tanto públicos, quanto privados) em ferrovias nos últimos anos. Enquanto, em 2010, o volume total investido foi de cerca de R$ 11,7 bilhões; em 2019, esse montante foi 65% menor, totalizando R$ 4,0 bilhões (segundo dados da Confederação Nacional do Transporte – CNT – de 2021). Desde 2014, quando atingiram R$ 12,5 bilhões, os investimentos totais caem ano após ano.

A tendência é que os investimentos públicos diretos em infraestrutura de transporte como um todo, inclusive ferroviária, continuem perdendo importância, tornando-se cada vez menores. Ao Governo, cabe prover um ambiente seguro dos pontos de vista regulatório, jurídico e institucional, de modo a atrair o investidor privado. Recentemente, foi lançado o Programa de Autorizações Ferroviárias (Pro Trilhos), possibilitando a construção de ferrovias privadas mediante autorização do Governo – um marco relevante para promover a infraestrutura no País. Em 2013, a partir do marco regulatório do setor portuário, foram permitidas à iniciativa privada a construção e a operação de terminais de uso privativo para prestação de serviços a terceiros. Essa medida impulsionou o crescimento de terminais portuários no País e alavancou grandes corredores de exportação. Espera-se que o Pro Trilhos promova um desenvolvimento similar no caso ferroviário.

Nos próximos anos, o investimento em infraestrutura deve ocorrer buscando aumentar a capacidade e a produtividade do transporte nas malhas já existentes, a partir da renovação dos contratos de concessão que estão próximos de serem encerrados e que iniciarão, em breve, um novo ciclo de investimentos. Foi esse tipo de investimento que permitiu ampliar o volume e o *share* dos granéis sólidos agrícolas nas ferrovias nesses últimos dez anos. Porém, o investimento também deve ocorrer na construção de novas linhas ferroviárias, que aumentem a densidade da malha e promovam maiores capilaridade e proximidade do produtor (seja por meio de novas ferrovias de grande extensão ou de linhas mais curtas – as chamadas "*short lines*"). Será esse tipo de investimento que poderá promover a mudança estrutural e sustentável que o agronegócio espera. ■

*Segundo dados do Fórum Econômico Mundial (FEM), citado pela CNT (2021), a densidade da malha ferroviária brasileira é de apenas 3,6 quilômetros para cada 1.000 quilômetros quadrados, figurando na posição 78 entre os 141 países analisados

1 Economista, doutora em Economia Aplicada e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ-LOG/Esalq/USP)

2 Engenheiro-agrônomo, mestre em Engenharia de Sistemas Logísticos, doutor em Economia Aplicada e coordenador técnico do ESALQ-LOG/Esalq/USP

Registre sua **Cédula de Produto Rural (CPR)** com a B3

Com credibilidade, solidez e robustez operacional, a bolsa do Brasil é líder no segmento, com um estoque de R$ 112 bilhões em CPR

Criada pela Lei N° 8.929 de 1994, a **Cédula de Produto Rural (CPR)** é um título de promessa de entrega futura de produto agropecuário que pode ser emitida por produtores rurais ou suas associações, inclusive cooperativas.

Atualmente, esse é o principal instrumento para financiamento da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro, permitindo aos interessados obter recursos para o desenvolvimento de suas produções ou empreendimentos.

Com a publicação da Lei N° 13.986 (de 7 de abril de 2020), desde 1° de janeiro de 2021 as CPRs devem ser registradas em uma entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil para terem validade e eficácia.

A B3 é uma dessas entidades autorizadas. Aqui você tem um time especializado no agronegócio, totalmente conectado com as necessidades do setor. Isso nos possibilita oferecer serviços de registro e depósito de vários ativos, como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Direitos Creditório do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Depósito e Warrant Agropecuário (CDA/WA).

Atualmente, nós temos um estoque de títulos de agronegócio de R$ 460 bilhões. Desse montante, R$ 112 Bi são somente CPRs, o que nos faz orgulhosamente líderes nacionais de registro no setor.

Para saber mais, acesse o nosso vídeo:

youtube.com/watch?v=UgjXoidgrJE

Clique ou **escaneie** para assistir.



Registrando pela B3: simples para você e transparente para o mercado

Sempre em prol do mercado e da sociedade brasileira, nós somos parceiros do agronegócio e facilitamos a sua entrada e operação no mercado financeiro.

Aqui, na bolsa do Brasil, seu único custo é a tarifa da custodia mensal. O registro pode ser feito **via intermediário**, quando terceiros realizam este trabalho para você, ou **via conexão direta**, com a abertura de conta e registro de cédula.

Quer saber como funciona na prática? Continue a leitura e descubra qual dessas modalidades de registro se adapta melhor a sua situação:

1. Via intermediário (Conexão indireta)

Nessa modalidade você usa a infraestrutura de conexão de um terceiro que ofereça o serviço de registro, como agrotechs, escritórios de advocacia e instituições financeiras.

2. Via abertura de conta (Conexão direta)

Também existe a opção de realizar seus registros diretamente com a gente. Veja a seguir o passo a passo para abertura de conta e registro.

1º PASSO

Cadastro e abertura de conta

Para fazer o cadastro direto é preciso enviar alguns documentos e informações, como cópia de RG e CPF dos diretores e usuário administrador, por exemplo.

2º PASSO

Conexão segura com o ambiente B3

Na bolsa do Brasil a segurança da informação vem em primeiro lugar. Nessa etapa, você pode optar pelo uso do Duplo Fator de Autenticação ou um canal de comunicação privada, conhecido como RTM.

3º PASSO

Efetue o registro da CPR com a gente

Com a conta aberta, você pode iniciar o processo de registro da CPR de duas formas: na tela do nosso sistema ou via troca de arquivos.

Tem dúvidas ou quer começar a registrar as suas CPRs na B3?

Na B3, nós desenvolvemos uma solução para você com flexibilidade e de acordo com as suas necessidades. E o melhor: você vai seguir todas essas etapas com a nossa assistência!

Acesse!

link.b3.com.br/cprnab3

NITROGÊNIO NA SOJA: UMA ESTRATÉGIA VITORIOSA

SOLON C. ARAUJO
Consultor da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

BASTANTE EXIGENTE em nutrientes, a cultura de soja no Brasil tem contribuído para a expansão da fronteira agrícola do País, com aumento na escala de produção e ganho de produtividade, ao longo das últimas quatro décadas.

As quantidades demandadas de fósforo, potássio, cálcio e micronutrientes são bem balanceadas no grão de soja. Mas, como, na sua composição, a proteína tem uma alta participação – de 35% a 40% –, o nitrogênio representa o nutriente de maior volume. Isso possibilita ao sojicultor atingir uma produção por área de boa lucratividade.

Quando introduzida no País, em meados do século passado, os primeiros estudos nutricionais da soja apontavam a necessidade da aplicação de fertilizante. Essa



SHUTTERSTOCK

constatação dá-se em especial quanto aos solos do Cerrado, cujas áreas, aos poucos, iam se incorporando ao cultivo dessa que se tornaria a planta mais cultivada no País, com 40 milhões de hectares nos dias de hoje.

No caso da soja, há duas formas de suprimento de nitrogênio: o uso de adubos minerais e a fixação biológica de nitrogênio (FBN). Esta última é um fenômeno natural, no qual as bactérias diazotróficas formam uma simbiose com as raízes das leguminosas e transformam o nitrogênio do ar em forma aproveitável pelas plantas.

A tendência parecia clara pela opção da FBN, mas, na época, predominava a onda da Revolução Verde. O uso de fertilizantes químicos influenciava com força a agenda da moderna agricultura. Essa linha foi seguida nos Estados Unidos. Já os produtos biológicos ainda estavam longe de ser considerados como insumos agrícolas. A FBN era olhada como fornecedora de apenas uma pequena parte do nitrogênio necessário para a soja, sendo necessário a complementação química.

GANHOS PROPORCIONADOS PELOS INOCULANTES

Como fruto dos primeiros trabalhos da Reunião Latino-Americana de Rizobiologia (RELAR), o Brasil, a Argentina e o Uruguai tomaram a decisão técnica de estudar em profundidade a FBN como fenômeno natural que poderia ser transformado em tecnologia. As primeiras seleções de cepas da bactéria, então denominada *Rhizobium japonicum*, foram realizadas na segunda metade da década de 1950 pelo pesquisador João Rui Jardim Freire, da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Apesar dos resultados mostrarem altas produtividades com o uso da bactéria como fonte de nitrogênio, não bastava o sucesso técnico-científico obtido. Era necessário a adoção pela cadeia produtiva da leguminosa. Isso significava substituir o tradicional e seguro fertilizante nitrogenado pelo inoculante que aporta as bactérias ao solo. Disso, surgiu o grande diferencial do País nesse segmento, com a criação da Comissão Nacional da Soja (CNS), pelo Ministério da Agricultura, para traçar as linhas do melhoramento genético com a utilização da bactéria como fonte do nutriente.

Já delineando a estratégia do que seria o cultivo de soja no País, a CNS incluiu a tecnologia FBN na fórmula de adubação com o uso de inoculante e zero de nitrogênio (N). Essas recomendações foram adotadas por mais de 80% dos sojicultores brasileiros. Isso, ao ser colocado sem números, não impressiona muito. Mas alguns cálculos mostrarão a importância dessa prática agrícola para o agronegócio e a sociedade brasileira.

Para produzir 4.000 quilos de grãos de soja, são necessários 700 quilos de ureia, que, a R$ 1.500,00 a tonelada, correspondem a um investimento de R$ 1.050,00 por hectare. Para obter **a mesma produtividade** com o uso de inoculante, o valor é de R$ 50,00. Ou seja, o uso de inoculante traz uma economia para o agricultor de R$ 1.000 por hectare.

Como 70% do fertilizante nitrogenado é importado, calcula-se uma economia de divisas em torno de US$ 10 bilhões anuais para o País. Mas, quando se olha pelo lado da pegada ambiental, também depara-se com uma posição favorável ao uso de inoculantes. Desde a sua produção até o uso na lavoura, 1 quilo de fertilizante nitrogenado emite cerca de 10 quilos de gases do efeito estufa (GEE).

RESULTADOS ESTÃO PRÓXIMOS DE ACONTECER NO MILHO

Se a questão está resolvida no que tange à soja e a outras leguminosas, há de se incorporar as outras culturas de importância alimentar que consomem grandes quantidades de fertilizante nitrogenado. O que fazer?

A evolução do uso de nitrogênio via biológica na soja teve um papel preponderante na pesquisa e no desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de outros centros. A Ciência, como mola mestra de todo o desenvolvimento tecnológico, também trabalha há anos em outros produtos biológicos para levar a uma agricultura mais sustentável. A atual onda de produtos biológicos firma-se com força no mercado e mostra os substanciais ganhos econômicos e ambientais para a agricultura.

Já existem, desde 2009, inoculantes à base de bactérias para diversas culturas de gramíneas. Seu uso firma-se no arroz, no milho, no sorgo e no trigo. Os ensaios de campo e a utilização em lavouras mostram significativos aumentos de produtividade gerados por esses insumos.

Mas novos trabalhos indicam a possibilidade de chegar a uma redução no uso de fertilizantes nitrogenados em algumas dessas culturas. Além de possibilitar uma grande economia para o agricultor e um ganho ambiental de monta, ajuda-se o País a atingir as suas metas ambientais nos acordos internacionais.

Esse resultado já está próximo de acontecer no milho, com a utilização de bactérias que não só fixam nitrogênio, mas que também produzem hormônios para aumentar o sistema radicular e incrementar a absorção de nutrientes e água pela planta. Uma redução de fertilizante próxima de 20% a 30% nos milharais terá um elevado impacto sobre a rentabilidade do agricultor e a redução de GEE.

Portanto, fica cada vez mais clara a importância do investimento continuado em pesquisas para o desenvolvimento de um país. E, como grande motor do Brasil, temos de investir no agro, tanto na Embrapa, quanto nas universidades.

No que tange à produção de insumos biológicos, as empresas associadas à ANPII vêm colocando no mercado inoculantes de destacada excelência, que atendem quantitativa e qualitativamente as necessidades da agricultura brasileira. ■

A MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL NO BRASIL

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais



DANIEL FURLAN AMARAL
Economista-chefe da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) – daniel@abiove.org.br



ANDRÉ NASSAR
Presidente-executivo da ABIOVE – amnassar@abiove.org.br

A ALTA dos preços do petróleo não nos permite esmorecer no combate às mudanças climáticas. Pelo contrário, as ações voltadas à redução do consumo de combustíveis fósseis e à descarbonização da matriz de combustíveis devem continuar. Assim, alcançaremos o objetivo de utilizar fontes plenamente limpas e renováveis.

Segundo dados do Centro Clima de 2021, as emissões de gases do efeito estufa (GEE) decorrentes do transporte correspondem a cerca de 14% do total nacional, dos quais o ciclo Diesel é responsável por uma parcela significativa. Para reduzi-la, a ampliação do uso mandatório de biodiesel na mistura é uma ação de alta eficácia e de interesse da sociedade brasileira.

EM MATÉRIA DE QUALIDADE, O BIODIESEL É UM DOS COMBUSTÍVEIS MAIS TESTADOS DO MUNDO

Introduzido no Brasil de forma compulsória em 2008, o biodiesel guarda propriedades semelhantes às do diesel mineral, derivado do petróleo. Desde então, houve progressão do teor na mistura, com a Lei nº 13.263/16 aprovando até 15% (B15). Regulamentada pela Resolução nº 16/18 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), essa progressão foi validada em testes exaustivos coordenados pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

CERTIFICAÇÃO BIO+

Desenvolvido para garantir um produto de qualidade superior ao exigido pela especificação oficial, o selo Bio+ foi conferido a todas as usinas associadas da ABIOVE a partir de um processo de certificação. Desde o seu lançamento, em março de 2020, nenhuma reclamação foi sequer recebida. Essa é uma condição de especial importância neste momento de comercialização direta com os distribuidores. As ações de qualidade incluem, ainda, o Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel (PMQBio), que deverá entrar em operação até o final do ano para avaliar a qualidade do biodiesel e do diesel mineral.

Seguindo uma especificação determinada pela Resolução nº 45/14 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o biodiesel é:

- reconhecido como tendo uma das mais rigorosas normas do mundo em termos de estabilidade à oxidação, presença de metais e umidade; e
- objeto de revisão até o final deste ano, com limites ainda mais restritivos em termos de parâmetros físico-químicos.

Sob a ótica das emissões de GEE, o biodiesel possui um potencial médio de redução superior a 70% (do "poço ao tanque"). Se computada a eficiência no consumo (do "poço à roda"), esse percentual aumenta ainda mais. Além da descarbonização decorrente da substituição do diesel na mistura, há a flexibilidade na produção de biodiesel: desde 2008, foram gerados 12,6 bilhões de litros das mais variadas fontes energéticas de bioenergia limpa (gorduras, óleos de fritura recuperados e outros resíduos). Com isso, problemas decorrentes do descarte inadequado desses insumos no meio ambiente puderam ser solucionados.

Ao agregar valor aos óleos vegetais, o biodiesel também estimula a oferta de coprodutos do esmagamento de oleaginosas, como os farelos proteicos. Segundo dados da ABIOVE, a oferta de farelo aumentou em mais de 70 milhões de toneladas desde a mistura obrigatória em 2008. O produto é misturado ao milho e outros micronutrientes e compõe cerca de 20% das rações animais, ou seja, é um ingrediente essencial de um dos principais itens de custo das proteínas animais. Sem dúvida, esse estímulo ao mercado de óleo de soja resultou em uma importante contribuição para a segurança alimentar brasileira. Além disso, esse excedente ajudou a reduzir as oscilações

das cotações internacionais sobre o mercado doméstico.

Essa flexibilidade no uso de matérias-primas permite que a produção de biodiesel atue como um vetor no desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), cada 1% a mais no diesel comercial gera 136 mil empregos. O aspecto socioprodutivo também deve ser considerado: mais de 74 mil agricultores, em dezesseis estados, recebem contratos de aquisições e assistência técnica e extensão rural, ou seja, garantia de renda e transferência de tecnologia.

EM DEZESSETE ANOS, O BRASIL SE TORNOU O TERCEIRO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL DE BIODIESEL, APESAR DE AINDA EXPLORAR POUCO O SEU POTENCIAL

O processamento doméstico da soja exportada *in natura* conseguiria produzir o suficiente para substituir 40% de todo o consumo da frota de ciclo Diesel por bioenergia renovável e triplicar a oferta de farelo para as proteínas animais. Nesse aspecto, é fundamental registrar que se trata de uma produção com origem verificada e livre de desmatamento, conforme atestam os resultados da Moratória da Soja no bioma Amazônia. Há, ainda, um potencial de crescimento em áreas antropizadas de oleaginosas, como o girassol, a canola e a palma, que, juntos, são capazes de substituir os restantes 60% do consumo.

Entretanto, se o horizonte se mostra propício ao desenvolvimento com a substituição plena do diesel mineral, é fundamental retomar, no curto prazo, o cronograma do CNPE de 2018 e reduzir a ociosidade da indústria, estimada em 50% da capacidade decorrente da atual fixação do teor em 10% (B10) para 2022.

A queda da demanda interna de óleo que seria destinado a atender o mandato de 13% (B13) em janeiro e fevereiro e de 14% (B14) de março a dezembro de 2022 foi parcialmente compensada pelas exportações favorecidas pelas turbulências internacionais. Todavia, a perspectiva de uma normalização da oferta mundial com a redução de demanda pelo óleo brasileiro impõe um cenário de incerteza sobre a cadeia produtiva para o próximo ano. Isso poderá trazer efeitos negativos para a oferta de rações animais, pois a indústria pode reduzir o esmagamento se não encontrar mercado para os dois produtos.

O Brasil ainda importa mais de 20% do seu consumo na forma de diesel mineral. A substituição desse volume pelo biodiesel nacional apresenta-se como a melhor relação custo-benefício e tende a contribuir muito para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, como a safra 2022/23 avança no tempo, a definição do mandato de biodiesel em 14% (B14) para janeiro e fevereiro de 2023 e em 15% (B15) a partir de março será decisiva na realização desse círculo virtuoso. ■

SHUTTERSTOCK



É PRECISO RECUPERAR A NARRATIVA EM TEMAS DO AGRO

PLINIO M. NASTARI*

Apesar de o Brasil ter alcançado padrões avançados de produção sustentável em diversos setores, ainda não consegue ser visto como um produtor sustentável, mesmo sendo um dos maiores fornecedores em volume de alimentos para o mundo.

EMBORA DESEMPENHE papel de protagonista na segurança alimentar global, o Brasil tem perdido a narrativa sobre a produção agropecuária sustentável e não tem participado da construção das normativas em torno de um novo arranjo para o comércio global desses produtos. Mesmo preservando mais de 66% do seu território conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) referendados pela agência espacial dos Estados Unidos (NASA, na sigla em inglês), mesmo usando somente 7,8% de toda a sua extensão para cultivo agrícola e mesmo tendo alcançado padrões avançados de produção sustentável em diversos setores de importância substancial na produção agropecuária, o País não consegue ser visto como um produtor sustentável, embora seja um dos maiores fornecedores em volume de alimentos para o mundo.

Em uma economia globalizada, quem detém a narrativa tem vantagem competitiva sobre os demais. No caso da agricultura, a narrativa, via de regra, tem se centrado nos países-membros da União Europeia, com a qual o Brasil tem laços culturais e tradição de comércio.

No entanto, não é raro que posições conflituosas sejam levantadas, sem uma avaliação mais profunda sobre as reais causas que afligem as distorções que ainda restam combater. A narrativa, muitas vezes, vem prejudicar a imagem da atividade agrícola brasileira, mesmo com dados provando o contrário. A situação torna-se mais desafiadora quando se avaliam as normativas já estabelecidas e que se desenham para o futuro, que não levam em conta as especificidades da agricultura e as práticas de produção em vigor no Brasil.

Por isso, há a urgente necessidade de que sejam adotados critérios de certificação para a produção nacional que levem em conta as características específicas da agricultura tropical aqui desenvolvida com inegável e reconhecido sucesso, adaptando métricas e metodologias à realidade do nosso País com base em ciência de vanguarda, para que se consiga legitimar o que é aqui produzido.

Para reverter esse quadro, o trabalho deve começar no nosso quintal. Apesar de uma grande parte dos agricultores brasileiros seguir à risca o Código Florestal, reconhecido como o mais rigoroso do mundo, a vilanização do setor deve-se, também, a uma falha na comunicação, sobretudo com aqueles que vivem em grandes centros urbanos e desconhecem a verdadeira realidade da agricultura praticada no território nacional.

O dever de casa passa pelo trabalho educativo de crianças e adultos para mostrar que a principal atividade da economia brasileira segue rigorosos critérios de sustentabilidade e que as principais regiões produtoras não estão no bioma amazônico ou em qualquer outro bioma protegido. A imprensa também tem uma atuação crucial nesse processo, principalmente a não especializada, cuja abrangência maior é de fundamental importância para levar a mensagem para milhões de brasileiros e aproximar cada vez mais o campo da cidade.

Os desafios são grandes. Nesse contexto, um dos erros é a autocomunicação, ou seja, estamos, durante a maior parte do tempo, falando para nós mesmos. Chegar ao grande público de forma clara deve ser um dos objetivos centrais do setor, que, muitas vezes, peca na dosagem e acaba transformando o debate em um embate entre ambientalistas e produtores, o que definitivamente não é o caminho. É preciso mostrar de forma definitiva que agricultura e sustentabilidade andam juntas em prol do desenvolvimento econômico e social do País.

Devemos realçar que, além de alimento de qualidade, a nossa agricultura produz energia limpa, o que a coloca muito à frente das demais nas discussões acerca da descarbonização.

Feita a lição de casa, cabe às entidades representativas mostrar para o mundo todas as iniciativas, muitas delas de vanguarda, já adotadas aqui. Como supridores de alimentos por excelência, temos por competência a necessidade de tomar de volta a narrativa e participar de forma ativa e construtiva na feitura da normativa atualmente em discussão na agricultura. Devemos nos preocupar não só em prover alimento em volume, mas com a valorização que merece pelos elevados padrões de sustentabilidade já alcançados e em crescente evolução. ■

*Doutor em Economia Agrícola e presidente da DATAGRO

A TAXA DE JUROS CAMUFLADA PELO CUSTO DO CRÉDITO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Este artigo analisa a magnitude do impacto, sobre as taxas de juros cobradas nos financiamentos ao produtor rural, dos custos adicionais (embutidos) cobrados pelas instituições financeiras e por intermediários. Em ambientes com taxas de juros elevadas e restrição de crédito, "planejamento" é a palavra de ordem!

SOBRE O valor a ser disponibilizado como financiamento, incidem custos que, muitas vezes, não são percebidos pelo produtor ou que até são ignorados diante da necessidade de recursos ou da falta de uma fonte alternativa.

A Tabela 1 traz um exercício que mostra qual é a taxa de juros total diante de diferentes taxas pré e pós-fixadas de crédito e de custos incorporados no crédito. Veja que o efeito combinado da taxa de juros e da taxa de custos pode representar uma taxa consolidada muito elevada.

Na comparação entre os cenários A e B, uma taxa de juros pré-fixada de 12% a.a. está muito próxima ao crédito privado com taxa pós-fixada (IPCA) de 6% + 6% de *spread*, ou seja 12,4%. No momento em que esta análise é elaborada, o boletim Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), projeta um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 6,82% em 2022 e 5,33% a.a. em 2023.

Nos empréstimos, é muito comum as instituições financeiras embutirem um custo adicional de crédito nas operações, o que pode elevar muito o valor final da taxa de juros. Como exemplo, com relação aos cenários considerados no parágrafo anterior, observe que o acréscimo de um custo de operação de 3% a.a. (algo bem provável de acontecer) resultaria em uma taxa de juros final de: 15,5% a.a. no caso da taxa pré-fixada inicial de 12,0%; e de 15,8% a.a. no caso do IPCA de 6% + 6% de *spread*. Ou seja, haveria taxas bem desafiadoras para atividades produtivas, sobretudo no agro, cujos riscos são elevados! Assim, o produtor rural precisa estar muito atento às condições oferecidas pelo banco e, se possível, fugir de condições abusivas de taxas de juros.

Agora, também é importante visualizar o impacto sobre os custos de produção causado pelo efeito combinado de uma taxa de juros acrescida de custos embutidos no financiamento.

A Tabela 2 compara cenários do crédito de custeio para um grande produtor de soja (pré-fixado de 12%) acrescidos de custo adicional imposto pelo banco. No caso de o crédito ser disponibilizado sem custo (situação rara), o pagamento de juros corresponderia a R$ 315 por hectare em sete meses de safra. Mas, se o custo embutido no empréstimo for de 3% ou 6%, os valores desembolsados com pagamento de juros seriam, respectivamente, de R$ 404 por hectare (+28,3%) e R$ 495 por hectare (+57,1%). A título de comparação, esses dois últimos valores correspondem a 52% e 64% do custo com sementes de soja!

Essa simulação demonstra o quanto as altas taxas de juros são nocivas às atividades produtivas e por que o

TABELA 1 – CENÁRIOS DE TAXA DE JUROS TOTAL DE FINANCIAMENTOS NO AGRO (% A.A.)

Custo adicional do crédito	Cenário A Taxas de juros pré-fixadas					Cenário B Taxas de juros pós-fixadas (IPCA + 6% de *spread*)				
						IPCA de 4% + 6% de *spread*	IPCA de 5% + 6% de *spread*	IPCA de 6% + 6% de *spread*	IPCA de 7% + 6% de *spread*	IPCA de 8% + 6% de *spread*
	10,0%	11,0%	12,0%	13,0%	14,0%	10,2%	11,3%	12,4%	13,4%	14,5%
0%	10,0%	11,0%	12,0%	13,0%	14,0%	10,2%	11,3%	12,4%	13,4%	14,5%
1,0%	11,1%	12,1%	13,1%	14,1%	15,2%	11,4%	12,4%	13,5%	14,6%	15,6%
2,0%	12,2%	13,3%	14,3%	15,3%	16,3%	12,5%	13,6%	14,7%	15,7%	16,8%
3,0%	13,4%	14,4%	15,5%	16,5%	17,5%	13,6%	14,7%	15,8%	16,9%	18,0%
4,0%	14,6%	15,6%	16,7%	17,7%	18,8%	14,8%	15,9%	17,0%	18,1%	19,3%
5,0%	15,8%	16,8%	17,9%	18,9%	20,0%	16,0%	17,2%	18,3%	19,4%	20,5%
6,0%	17,0%	18,1%	19,1%	20,2%	21,3%	17,3%	18,4%	19,5%	20,7%	21,8%

Fonte: elaboração pelo autor

produtor deve ficar atento na hora de buscar crédito.

Preocupadas com o custo das operações de crédito rural, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) lançaram, em junho de 2020, um guia chamado "Venda casada: Saiba reconhecer e denunciar esta prática na concessão do crédito rural"[1]. Qualquer custo indevido embutido em uma operação de crédito reflete-se de forma muito negativa no resultado da operação do tomador do crédito.

A preocupação é tamanha que, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), existe um extenso material sobre venda casada, explicando o que é, como se proteger, como reclamar etc[2].

Sabemos que, muitas vezes, as linhas mais baratas do crédito rural não estão disponíveis ou são insuficientes. A escolha de outras fontes de recursos, sobretudo com taxas livres, deve ser criteriosa, pois pode representar um grande risco no equilíbrio financeiro entre receitas e custos. O produtor precisa sempre entender o impacto das taxas de juros, em diversos cenários futuros, e dos custos cobrados sobre a sua estrutura de despesas.

De forma alinhada à discussão deste artigo – embora não pareça –, é importante saber que as operações de *barter* também trazem, embutidos, as taxas de juros e os custos operacionais. ■

1Disponível em: https://cnabrasil.org.br/assets/arquivos/CNA.Febraban.Guia_VendaCasada.CredRural.pdf

2Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/venda-casada

*Especialista em derivativos, crédito e finanças, membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br

TABELA 2 – IMPACTO DA TAXA DE JUROS TOTAL NO CUSTEIO DE SOJA NO PARANÁ (R$ POR HECTARE)

	Taxa pré-fixada de 12% + custo adicional do crédito de:				
	(A) zero = taxa final de 12,0% a.a.	(B) 3% a.a. = taxa final de 15,5% a.a.	(C) 6% a.a. = taxa final de 19,1% a.a.	Var. % (B/A)	Var. % (C/A)
Custo de insumos + operações de maquinário + mão de obra	4.609	4.609	4.609	–	–
Despesa com juros em sete meses (safra)	315	404	495	28,3	57,1
TOTAL	**4.923**	**5.013**	**5.103**	**1,8**	**3,7**

Fonte: Deral

JUROS LIVRES SÃO MESMO LIVRES?

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela redução da taxa de juros, de 21% a.a. para 12% a.a., de uma operação de crédito rural contratada com taxas livremente pactuadas realizada em 2016 (com vencimento em novembro daquele mesmo ano).

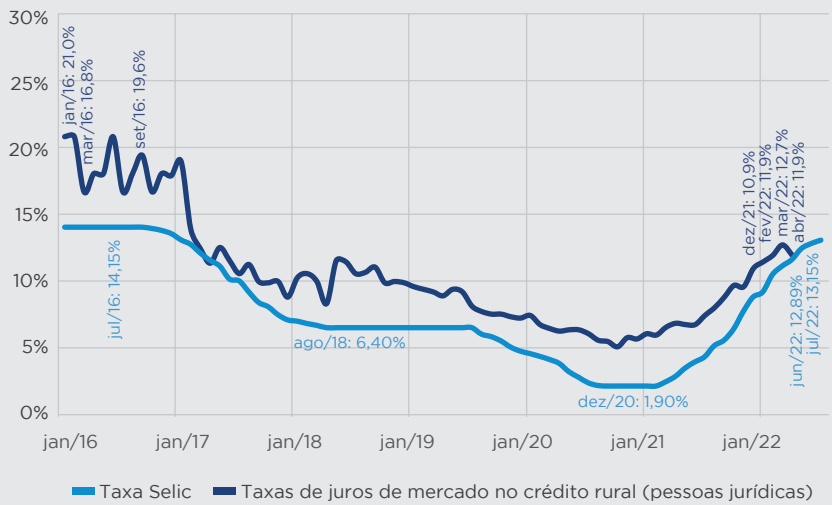
Segundo dados do BCB (*vide* gráfico a seguir), a Selic era de aproximadamente 14% a.a. em 2016. E essa situação remete-nos à seguinte pergunta: quem, naquele ano, emprestaria recursos a uma taxa de juros de mercado de 12% a.a.?

Independentemente se a taxa de juros da operação é alta ou baixa, o contrato de crédito foi assinado entre as partes sem que tenha havido coação por parte do credor e estava em linha com o que o mercado estava praticando na época, conforme os dados do BCB (*vide* gráfico).

Na safra 2021/22, recém-finalizada, houve relatos de produtores que tomaram crédito rural de linhas com taxas de juros livres entre 15% e 18% (embora o gráfico mostre taxas médias menores). Essas taxas são muito altas para a atividade, mas nem por isso devem ser discutidas posteriormente.

Por fim, cabe uma reflexão sobre se a decisão do STJ poderá impactar negativamente o volume de financiamento do crédito rural com recursos remunerados por juros livremente pactuados para a safra 2022/23 e posteriores.

TAXAS DE JUROS DE MERCADO NO CRÉDITO RURAL (PESSOAS JURÍDICAS) E TAXA SELIC



Fonte: BCB (março de 2022)



CASTOR BECKER JÚNIOR

ESPAÇO: a volta da programação ao modelo presencial, após três anos de espera, foi no Centro de Eventos Zanini, onde o Congresso esteve em 2019 e para onde deve retornar no ano que vem

CONGRESSO CELEBRA 75 ANOS DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

SINDAG SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA

A VOLTA da programação presencial do encontro aeroagrícola neste ano teve recorde, com um evento 30% maior, novidades tecnológicas e festejando a história de 75 anos de existência do setor. Com 2.500 aeronaves, a frota brasileira já é a segunda maior do segmento em todo o mundo.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), Thiago Magalhães Silva, em suas tradicionais palavras, declarou com satisfação que estava "encerrado o Congresso da Aviação Agrícola do Brasil (Congresso AvAg) 2022, com registro recorde de 4.178 inscrições".

A edição marcou o retorno à forma presencial do mais importante evento do setor no Brasil, em Sertãozinho, no estado de São Paulo, organizado pelo SINDAG com o apoio da Prefeitura de Sertãozinho, por meio das suas Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Cultura e Turismo.

No pavilhão de 12 mil metros quadrados do Centro de Eventos Zanini, entre 19 e 21 de julho último, os visitantes puderam conferir 170 marcas de fornecedores de tecnologias, equipamentos e serviços, além de entidades parceiras. Todo esse grupo dividiu-se entre 120 estandes internos, além dos painéis na arena Clóvis Gularte Candiota e das palestras de expositores no auditório Leôncio Fontelles, entre outras atrações.

CALOR HUMANO

Entre os temperos especiais da volta à participação presencial, o tema "Novos Tempos" dividiu espaço com o resgate da história tenaz do setor aeroagrícola, que comemora o seu 75º ano de existência no Brasil. A larga programação incluiu, ainda, espaços para mostra de aviões históricos, demonstrações de combate direto e preventivas de incêndio e uma arena para testar habilidades com o uso de *drones*.

O setor aeroagrícola avançou muito durante o período da pandemia de COVID-19, acelerando a digitalização dos seus processos – inclusive na realização de dois Congressos online e até promovendo ensino via internet.

Ainda na solenidade de encerramento, Thiago Silva já abriu a contagem regressiva para o Congresso AvAg 2023, a ocorrer de 18 a 20 de julho do ano que vem. "Tivemos, agora, o evento do calor humano com reencontro presencial", destaca. "Junto da boa receptividade da cidade e do apoio da Prefeitura à permanência do Congresso AvAg em Sertãozinho, temos o espaço reservado pelos expositores para 2023", completa o dirigente aeroagrícola.

Para Gabriel Colle, diretor-executivo do SINDAG, "o Congresso teve uma presença 30% acima do registrado em 2019, que foi a última edição presencial até então, com muitos negócios gerados e fechados. Por isso, na solenidade de encerramento, fizemos menção e agradecimento especial à histórica participação dos patrocinadores no evento".

A mostra externa do Congresso AvAg teve grande movimentação, com a exposição de quatro aeronaves Air Tractor, durante os três dias de dinâmica movimentação, e um modelo Thrush, que ficou no evento por apenas um dia.

Nas demonstrações aéreas, tivemos aviões simulando aplicações de água em lavouras e combate a incêndios na vegetação e, também, aplicações com *drones*. Tais aeronaves remotas ocuparam, aliás, um espaço de destaque neste ano, sendo voltada para elas uma arena especial na parte interna, contando com nada menos do que quatorze empresas desse segmento como expositoras.



CASTOR BECKER JUNIOR

***DRONES*:** equipamentos remotos destacaram-se na programação, com quatorze empresas expondo novidades no segmento



CASTOR BECKER JUNIOR

DEMONSTRAÇÕES: simulações de combate a incêndios e de aplicações em lavouras também atraíram a atenção do público que não conhecia o setor

PROGRAMA BPA FOI DESTAQUE NA PROGRAMAÇÃO TÉCNICA

A parceria entre o Instituto Brasileiro da Aviação Agrícola (IBRAVAG) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) foi tema de um painel exclusivo, que teve a entrega de certificados do programa para empresas participantes.

Os termos "inovação" e "ESG" estiveram em alta no Congresso AvAg 2022, por conta da palestra do programa Boas Práticas Aeroagrícolas (BPA) Brasil, que foi exclusiva para participantes da iniciativa. Desenvolvido pelo IBRAVAG, com apoio do Sebrae Nacional, o BPA teve o seu encontro marcado, ainda, pela entrega dos certificados às empresas participantes, cujos dirigentes também levaram para casa uma mochila exclusiva do programa.

No palco, os palestrantes Leonardo Luvezuti, diretor de Operações da Perfect Flight, e Rogério Melo, gerente da Cadeia de Valor dos Alimentos e Carbono da UPL, deixaram claro que o futuro da aviação agrícola, como nos demais setores da economia mundial, também passa pelos pilares ambiental, social e de governança. A mediadora do encontro, Marina Salles Coro, coordenadora de Conteúdo do AgTech Garage e jornalista, reforçou e apontou para a urgência de adoção desses conceitos pelo setor.

O presidente do IBRAVAG, Júlio Augusto Kämpf, agradeceu a confiança dos empresários que formalizaram a adesão ao BPA Brasil – **durante o Congresso AvAg 2022, eram 52**. O dirigente acrescentou que o projeto iniciado dentro da entidade em parceria com o Sebrae Nacional foca em qualificação, acidente zero e multa zero.

MELHORAMENTO DA GESTÃO

Representando o diretor-presidente do Sebrae, Carlos Melles, o gerente regional dessa entidade em Ribeirão Preto, Carlos Alberto de Freitas, fez três menções. Primeiro, reforçando a importância de participar do evento. Segundo, à alta regulamentação do setor aeroagrícola. Terceiro, ao lembrar que os compradores vão exigir, também, cuidados nas aplicações. Com isso, destacou a importância dos programas voltados às boas práticas.

Já o presidente do SINDAG, Thiago Magalhães Silva, lembrou que o BPA nasceu da necessidade de os operadores melhorarem a gestão de suas empresas. "Cheios de dúvidas, muitos perguntavam sobre o que fazer para isso melhorar. Foi, então, que o IBRAVAG começou a esboçar o BPA Brasil e fomentar uma melhoria de gestão, de atendimento ao cliente e das próprias operações em campo. Quem não adotar uma postura mais profissionalizada talvez não consiga sobreviver nesse mercado competitivo", ponderou.



CASTOR BECKER JUNIOR

PÚBLICO: movimentação recorde nos estandes da mostra de tecnologias, equipamentos e serviços dentro do pavilhão de 12 mil metros quadrados



GRAZIELE DIETRICH/CS NEWSPRESS

TENDÊNCIA: painelistas reforçaram a necessidade de os empresários prestarem atenção nas exigências do mercado quanto à inovação e à gestão focada na consciência ambiental

FORMATURA DO MBA AEROAGRÍCOLA MARCOU O SEGUNDO DIA DE EVENTO

Um projeto do SINDAG celebrou a melhoria contínua do setor com a entrega de certificados para 61 alunos e o anúncio de inscrições para a sua terceira turma.

O Congresso AvAg 2022 teve o seu segundo dia marcado pela formatura de 61 alunos das duas primeiras turmas de Pós-Graduação de MBA em Gestão, Inovação e Sustentabilidade Aeroagrícola. Primeiro e ainda único no País (e, possivelmente, no mundo) quanto ao seu formato e currículo, o curso iniciou-se em 2021 como uma realização do SINDAG e do IBRAVAG em parceria com a Faculdade IMED, de Passo Fundo-RS.

Foram 39 formandos na primeira turma e 22 na segunda, de diversos pontos do País, e a maior parte deles esteve presente na cerimônia no pavilhão do Centro de Eventos Zanini, em Sertãozinho. A mesa oficial compôs-se do presidente do SINDAG e paraninfo das turmas, Thiago Magalhães Silva, do presidente do IBRAVAG, Júlio Augusto Kämpf, e dos diretores do SINDAG, Gabriel Colle (executivo) e Cláudio Junior Oliveira (operacional e, também, coordenador do MBA).

PRESTAÇÃO DE HOMENAGENS

Além da festa pela etapa concluída e das falas dos oradores Taylla Lara Scherwinski, da primeira turma, e José Geraldo Dantas Paschoal da Silva, da segunda turma, a emoção ficou por conta, também, da homenagem póstuma ao aluno Gustavo Oliveira De Toni. Os integrantes da mesa oficial entregaram uma placa aos seus irmãos Jonas Costa De Toni e Lorena Oliveira De Toni Montes.

Já nas falas das autoridades, todos os presentes no palco ressaltaram o quão marcante para a aviação agrícola brasileira foi a conclusão de jornada para os primeiros formandos do MBA. Esse curso representa, por sua vez, uma nova página na capacidade de gestão e crescimento sustentável do setor aeroagrícola do País, além de refletir de maneira ampla o esforço de melhoria empregado nos últimos anos pelas entidades aeroagrícolas.

Dentro desse espírito, a noite teve uma homenagem a mais. Dessa vez, dirigiu-se ao coordenador do MBA, Junior Oliveira, que falou de maneira emocionada sobre a construção do aprendizado e o sucesso da iniciativa para o setor. Já anunciando as inscrições para a terceira turma, que começou

em 5 de setembro último – reformulada e, desta vez, com a parceria da BeEasy School.

ALAN MCCRACKEN E MARCOS VILELA RECEBEM MEDALHA EM NOITE DE HOMENAGENS

A entrega da medalha Mérito Aviação Agrícola Brasileira foi o ponto alto do jantar no primeiro dia do Congresso AvAg 2022. Seguindo o cerimonial que ocorre desde 2017, **e depois de três anos de jejum pela pandemia de COVID-19**, a cerimônia encheu de emoção a arena Clóvis Candiota em 19 de julho. A ocasião teve, também, homenagens ao presidente do SINDAG, Thiago Magalhães Silva, e aos ex-presidentes Júlio Augusto Kämpf e Nelson Antônio Paim – nesse caso, pelos 31 anos de fundação da entidade aeroagrícola.

A festa, que celebrou, ainda, os 75 anos da aviação agrícola brasileira, teve a medalha Mérito Aviação Agrícola entregue a dois personagens intimamente ligados à história do setor no País. Ambos com uma trajetória também de décadas de intercâmbio de conhecimento entre outros países e o Brasil: os agrônomos Alan McCracken e Marcos Vilela, que receberam, respectivamente, as medalhas Mérito Aviação Agrícola números 8 e 9.

PAIXÃO PELA AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Apaixonado pela aviação agrícola, McCracken, que completou 77 anos em junho último, é considerado um dos maiores especialistas do mundo em aplicação de agroquímicos, tanto para a proteção de lavouras, quanto para o combate de mosquitos. Nascido em Coleraine, na Irlanda, reside, atualmente, em Daytona Beach, no estado norte-americano da Flórida. Impossibilitado de estar presente, enviou a sua mensagem por um vídeo. "Agradeço muito essa homenagem do SINDAG. É um prazer duplo receber essa distinção junto do Dr. Marcos Vilela, que também é um entusiasta de aplicações de baixo volume", salientou McCracken.

O outro homenageado é de Alagoas. Aos 84 anos, Marcos Vilela de Magalhães Monteiro é dono de uma produção invejável na área da aviação agrícola. Piloto formado pela primeira edição do antigo Curso de Aviação Agrícola (CAVAG), em 1967, fez Agronomia e, depois, Doutorado com ênfase em Tecnologia de Aplicação. Ele desenvolveu tecnologias importantes para a defesa fitossanitária e formou mais de 4 mil técnicos agrícolas e agrônomos em cursos de executores (CEAA) e de coordenadores em aviação agrícola (CCAA). "Só tenho a agradecer essa honraria que muito me enobrece", assinalou ao receber a medalha entregue pelo presidente do SINDAG, Thiago Silva. ■



GRAZIELE DIETRICH/C5 NEWSPRESS

MARCANTE: a maior parte dos 61 formandos das duas primeiras turmas do projeto participou da festa no Congresso AvAg



GRAZIELE DIETRICH/C5 NEWSPRESS

VILELA: agrônomo e piloto formado pelo primeiro CAVAG do País, recebeu a medalha das mãos do presidente Thiago Silva



GRAZIELE DIETRICH/C5 NEWSPRESS

MCCRACKEN: impossibilitado de estar no Congresso, o agrônomo receberá a medalha em casa, nos Estados Unidos



DIVULGAÇÃO ABRAPA

Os grandes desafios e as novas perspectivas foram a tônica do primeiro dia de palestras e salas temáticas do evento

13º CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO

TEMA: ALGODÃO BRASILEIRO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO NOVO CENÁRIO MUNDIAL

ABRAPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO

CONGRESSO BRASILEIRO DO ALGODÃO
13º
16 a 18 de agosto de 2022
Salvador - Bahia

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) realizou a 13ª edição do Congresso Brasileiro do Algodão (CBA) neste ano. Considerado o maior evento da cotonicultura nacional, de programação diversificada, reuniu 2.500 congressistas e aproximadamente 4 mil participantes de 16 a 18 de agosto último, no Centro de Convenções de Salvador (na Bahia). Nesse encontro, a cadeia produtiva da pluma discutiu as demandas do mercado algodoeiro no Brasil e no mundo, envolvendo cerca de 121 palestrantes.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

PARA RESSALTAR a força da pluma brasileira, o presidente da Abrapa, Júlio Busato disse "estar feliz em rever os congressistas. Há muito tempo, deixamos de ser um simples mercado de oportunidades e nos tornamos supridores ao oferecer algodão sustentável, qualificado, com rastreabilidade, escala e constância". Enfatizou, ainda, que "temos produto de importância socioeconômica para o Brasil garantir um lugar privilegiado no cenário internacional".

Quarto produtor mundial de algodão, o Brasil tem a meta de se colocar no topo do *ranking* internacional de exportação da pluma até 2030. Os maiores produtores são a Índia, a China e os Estados Unidos. Cerca de 63% do algodão é produzido em segunda safra; 93% em sequeiro, sendo 42% da pluma no mundo licenciada pela Better Cotton Iniciative (BCI) e 84% certificada pelo programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR). O Brasil é o único no mundo que certifica as unidades de beneficiamento: das 266 usinas no País, 30% estavam certificadas em 2021.

O ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marcos Montes, destacou o agro como um segmento impulsionador da economia brasileira. "Sempre fomos de olhar para frente. O agronegócio

respondeu, reagiu e se comprometeu com o nosso futuro. Com liberdade para produzir, o País será, em dez anos, o maior exportador mundial de algodão", disse Montes. Deixando a sua mensagem de confiança, declarou: "vocês estarão conosco como os responsáveis por nos colocarmos como um país protagonista no cenário mundial".

Do governo da Bahia, o secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Leonardo Bandeira, salientou a hora de expandir tecnologia e estabelecer planejamentos da matéria-prima até alcançar mercados. "Como o agro, o algodão não parou, mesmo com as dificuldades da pandemia. Na Bahia, apoiamos a cotonicultura pela sua importância econômica e social", afirmou.

A diretora de Agricultura da Organização Mundial do Comércio (OMC), Marième Fall, pontuou que "a OMC supervisiona o comércio internacional do algodão em função das diversas populações ligadas ao setor no mundo. Restabelecemos os níveis de igualdade comercial para garantir benefícios aos produtores".

O embaixador Ruy Carlos Pereira, diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável pelo recebimento dos serviços técnicos prestados por países desenvolvidos, enalteceu a cotonicultura nacional: "Nesse avanço produtivo importante para a economia brasileira, esforçamo-nos para o Brasil assumir uma posição além-fronteiras, de relevância cada vez maior".

PLENÁRIA *MASTER* 1: OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO ALGODÃO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO SETOR NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Miguel Faus, presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA), destacou "o fato de continuamos a consolidar a pluma brasileira nos principais mercados consumidores como um produto de qualidade, competitividade elevada, regularidade no fornecimento e preço favorável". Ponderou, ainda, que, "apesar dos problemas com a logística e a recessão econômica, precisamos recuperar o mercado perdido para as fibras sintéticas e assumir liderança na exportação".

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), alertou que "a principal matéria-prima transformada em território nacional, o cenário mundial impactado pela guerra e o aumento no preço dos insumos podem afetar o crescimento do setor". Completou declarando que "as perspectivas serão animadoras quando os acordos internacionais de comércio entrarem em efetiva operação e a reforma tributária reequilibrar o preço pago pela indústria".

Incentivador do setor produtivo, o presidente da Abrapa, Júlio Busato, lembrou "a surpresa do mercado internacional com a retomada da cotonicultura brasileira nos últimos vinte anos". Concluiu com a seguinte reflexão: "Queremos tornar o Brasil o maior produtor e exportador mundial de algodão, mas temos um enorme dever com a logística. A nossa perspectiva futura é disputar o mercado com os Estados Unidos, que são de uma extrema organização".

DIVULGAÇÃO ABRAPA



Fernando Pimentel, presidente da Abit, falou sobre desafios e possibilidades para o algodão nacional alcançar o topo do *ranking* de exportação

A plenária foi mediada por Marcos Fava, professor e sócio-fundador do Markestrat Group, que afirmou que "a cadeia produtiva de algodão brasileira se supera, com aprendizados que deram destaque mundial ao País, obtendo excelência desde a matéria-prima até a entrega do produto final ao consumidor". Para arrematar a sua participação, declarou: "Assim, a cotonicultura se mantém integrada e as perspectivas de produção da cadeia melhoram. Por isso, os produtores devem caminhar juntos para seguir mais fortemente na produção e na exportação de algodão".

PLENÁRIA *MASTER* 2: OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO ALGODÃO BRASILEIRO NO CENÁRIO MUNDIAL

Marcos Jank, pesquisador e professor sênior de agronegócio global do Insper, chamou a atenção para o fato de que, "apesar das turbulências e das incertezas vividas no mercado internacional, as perspectivas são otimistas. O Brasil cresce quase 10% ao ano em produtividade e ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial de exportações de algodão, com grande parte da produção sendo voltada para a Ásia".

O momento pós-pandemia pode ser de oportunidades, visto que o agronegócio explodiu em crescimento com preços no maior nível da história. Na opinião de Jank, "os fatores desse crescimento também são o aumento da demanda global, em especial na Ásia e na China, o impacto da peste suína, os estoques mundiais baixos e a desvalorização cambial".

O grande fenômeno dessa década será o avanço da agricultura na área de pastagem, onde o Brasil possui 160 milhões de hectares a serem utilizados. "Falamos de um sistema integrado capaz de fazer mais de um ciclo agrícola. É a dádiva do trópico. Temos potencial de intensificar a pecuária e ampliar a segunda safra", acredita.

O palestrante destacou, ainda, que o segmento deve estar atento à inflação de alimentos, à perda do poder aquisitivo pós-pandemia de COVID-19, aos custos altos de insumos e às mudanças climáticas, entre outros. Como desafios do algodão brasileiro no mundo, Jank frisou a competição com fibras artificiais, além da necessidade de desenvolver e defender mercados. Ele sinaliza que "a grande meta para 2030 é a consolidação do Brasil como o grande exportador mundial de algodão".

Para finalizar, o professor salientou o foco do trabalho na Ásia, o destino de mais de 90% das exportações, com investimento na produtividade da segunda safra. A ampliação do *market share* nos mercados-destino, com estratégias individuais customizadas e acordos comerciais entre os governos da China, da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) e do Sul da Ásia.

PLENÁRIAS *MASTERS* 3 E 4: OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DE DISRUPÇÃO E INOVAÇÃO

Head de Inovação da StartSe, escola de negócios do Brasil e presente nos polos tecnológicos de Israel, Estados Unidos e China, Cristiano Kruel falou sobre a disrupção e a inovação nos negócios no dia a dia do agro: enquanto a primeira acelera a obsolescência, a segunda se torna um imperativo.

Para Kruel, "a intenção é entender como aumentar a habilidade de perceber, decodificar e se antecipar aos riscos e benefícios das mudanças cada vez mais aceleradas. Somos forçados a reaprender a criar e gerir negócios". O palestrante explicou que "dados e exemplos do novo modelo de negócios mostram a velocidade que as empresas tradicionais precisam adotar para acompanhar a evolução da tecnologia".

No desafio do olhar crítico para simplificar a cadeia produtiva, para Kruel, "é preciso desenvolver e entregar possibilidades, pois a disrupção e a inovação vêm de conhecer e aprender coisas novas que os outros não aprenderam". No seu raciocínio, o impacto dessas transformações causadas pelas tecnologias dá-se na gestão. As rupturas mudariam a forma de as pessoas e as empresas trabalharem, fazerem negócios e ganharem dinheiro.

Portanto, segundo o palestrante, se as empresas não mudarem o jeito de inovar, correm o risco de ficar obsoletas. Enquanto as profissões enfrentarão mudanças, o mercado se transformará. "Como a COVID-19 acelerou o processo de disrupção, a noção de tempo e espaço ganhou na nova dinâmica de conhecimento, em que todos os setores sofrem impactos", esclareceu Kruel.



DIVULGAÇÃO ABRAPA

O último dia do CBA trouxe a possibilidade de negócios disruptivos num futuro próximo

PLENÁRIA *MASTER* 6: METAVERSO E INTERAÇÕES HUMANAS

O fator humano nos novos negócios possibilita desenhar sistemas, criar mundos e experimentar modelos disruptivos e inovadores em cenários virtuais. Essas perspectivas fazem parte de uma realidade chamada "metaverso", terminologia utilizada para indicar um tipo de mundo virtual que tenta replicar a realidade por meio de dispositivos digitais. Esse tema foi apresentado por Dante Freitas, professor da SingularityU Brazil.


DIVULGAÇÃO ABRAPA

Plenária no Centro de Convenções de Salvador, onde ocorreu o evento

Os dois lados, seja a tecnologia, seja o fator humano, serão o protagonista de uma nova era em que o metaverso alterará o modo digital e a experiência humana. Será preciso entender como o ser humano apropriar-se-á e fará uso da tecnologia. "A nova era da internet não é sobre *software* e *hardware*, mas sobre '*humanware*'. É uma mescla de tecnologia nativa humana com *software* de máxima tecnologia. Passaremos de uma fase pautada no produto e no serviço para interações e melhoria do negócio", declarou Freitas.

No Brasil, apenas 11% da área produtiva tem cobertura 4G. Para acompanhar as transformações digitais, caberá um trabalho coletivo para reverter esse número. A tendência é de o *e-commerce* evoluir para o comércio dentro do metaverso.

O 13º CBA INCLUIU 24 PAINÉIS, QUE FORAM APRESENTADOS EM SALAS TEMÁTICAS ENTRE 16 E 17 DE AGOSTO

DA PRODUÇÃO AO CONSUMIDOR FINAL, COMO O USO DA TECNOLOGIA MODERNIZOU A CADEIA PRODUTIVA

Mais exigente, o consumidor deseja saber de onde vem a matéria-prima das roupas que usa e como foi transformada numa peça. Com base em exemplos realizados no Brasil, por meio do uso da tecnologia e da organização da cadeia têxtil, é possível mostrar como a rastreabilidade completa pode entregar informações da produção ao consumidor final.

Alexandre Carvalho, gestor de Tecnologia da Informação da Bom Futuro Agrícola Ltda., apresentou as soluções usadas no ambiente agrícola, como o método automático de identificação por radiofrequência (ou *radio-frequency identification* – RFID). A leitura a distância e rápida dos lotes nos rolos de algodão agiliza processos e dá assertividade à geolocalização. "A tecnologia é bem-vinda se traz resultados para o negócio", afirmou.

Marcio Portocarrero, diretor-executivo da Abrapa, discorreu, por sua vez, sobre os programas e as ações geridos pela entidade em favor da cotonicultura brasileira, como o Algodão Brasileiro Responsável (ABR) – certificação brasileira para unidades produtivas de algodão – e o ABR-UBA – voltado às unidades de beneficiamento. O diretor versou, ainda, sobre a certificação de conformidade oficial do algodão brasileiro. Destacou ser um grande passo para criar um ambiente favorável ao crescimento do setor. "Assim, teremos o nosso *blue card* brasileiro, tendo como referência a chancela americana



DIVULGAÇÃO ABRAPA

Programas e ações geridos pela Abrapa em favor da cotonicultura brasileira

denominada *green card*", explicou Portocarrero. A Abrapa e o MAPA trabalharam juntos para estruturar e implantar a certificação de conformidade oficial do algodão brasileiro.

Silmara Ferraresi, assessora da Presidência da Abrapa, apresentou as ações e os programas de rastreabilidade da entidade desde a fibra da lavoura até a etiqueta da roupa. Esse trabalho permanente agrega valor ao algodão brasileiro. Ainda neste ano, será lançada a plataforma para consulta da rastreabilidade em lotes do cliente. Esse avanço permitiu firmar parcerias com a indústria da moda, como a Renner e a Reserva, na entrega de rastreabilidade do algodão com certificação socioambiental.

Integrante da Comissão Científica e Julgadora do 13º CBA, constituída por acadêmicos e técnicos nomeados pela Abrapa, Carlos Alberto Moresco apontou que, "cada vez mais, o consumidor exige informações do mercado. A Abrapa oferece a rastreabilidade completa ao mercado nacional, da semente até a prateleira da loja".

OPORTUNIDADES DO MERCADO DE CARBONO PARA O ALGODÃO BRASILEIRO

As emissões globais de gases do efeito estufa (GEE) cresceram 53% nos últimos trinta anos, sendo que o CO_2 representa 74% das emissões, apesar de menos nocivo. Há preocupação dos governos com as mudanças climáticas que tendem a se acentuar.

No âmbito internacional, em 2019, enquanto a China, os EUA, a Índia e a Europa representaram metade das emissões globais, os dez maiores países participaram com 65% do total. A China possui o maior valor de emissões totais, e os Estados Unidos, o maior valor *per capita*. O Brasil é considerado o sétimo maior, com 2,9% das emissões.

Em termos agropecuários, os indianos e os chineses são os maiores emissores, seguidos pelos brasileiros, que ficam em terceiro lugar na classificação. Esse foi o panorama apresentado pelo vice-presidente da Abrapa, Alexandre Schenkel, para responder à questão "O mercado de carbono é uma oportunidade para o algodão brasileiro?".

DIVULGAÇÃO ABRAPA



Alexandre Schenkel participando do painel que discutiu o mercado de carbono

O Brasil precisa evoluir mais no tema e se adequar às metodologias de aceitação internacional. O governo federal está analisando a implementação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) para regular a compra e a venda de créditos de carbono no País.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) já estabeleceu procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa para atingir a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), compromisso do Brasil firmado durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-21/UNFCCC, também em inglês), com o Acordo de Paris, em 2015.

"Hoje, o consumidor preocupa-se com as formas de produção e os rastros deixados pelo produto no meio ambiente para as futuras gerações. Por isso, a pegada de carbono será o fator de impacto no momento da compra dos produtos", completou Schenkel.

Para Cimélio Bayer, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), as técnicas de conservação do solo refletirão na produtividade das culturas e determinarão o acúmulo de carbono. "Com amostragem e manejo do solo e plantio direto, o produtor comercializará os créditos de carbono com ganhos agronômicos e rentabilidade para agregar valor aos produtos agrícolas", afirmou.

Fábio Passos, diretor de Negócios de Carbono da Bayer, apresentou *cases* de fazendas. O programa PRO Carbono estimula sistemas de produção na agricultura que

contribuam para a redução das emissões com metodologia adequada ao clima tropical. Segundo Passos, "para termos um produto melhor na cotonicultura, não basta olhar a quantidade de carbono gerado na lavoura, mas sim o sistema de produção adotado". Mais de 90% das empresas listadas em bolsas de valores possuem compromisso com a redução de emissões de carbono, seguindo tendências de consumo de preocupação com as questões ambientais de sustentabilidade.

CINCO *WORKSHOPS* MOVIMENTARAM AS ATIVIDADES NO TERCEIRO E ÚLTIMO DIA DO 13º CBA. ENTRE ELES, O QUE TRATOU DA BUSCA POR MAIOR EFICIÊNCIA NO USO DE ADUBAÇÃO

BUSCA POR MAIOR EFICIÊNCIA NO USO DE ADUBAÇÃO ATRAI PÚBLICO

Um dos *workshops* mais concorridos no 13º CBA abordou o tema "Adubação de sistemas de produção como ferramenta para aumento de eficiência produtiva", sob coordenação de Ana Luíza Borin, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), membro do Comitê Científico do CBA e especialista em fertilidade química do solo, nutrição de plantas e adubação de sistemas de produção.

Participaram das apresentações José Francisco da Cunha, engenheiro-agrônomo da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), José João Brizola, do grupo Maggi, Marquel Holzschuh, da SLC Agrícola, Álvaro Vilela de Resende e Adilson de Oliveira Junior, ambos pesquisadores da Embrapa.

O objetivo foi apresentar e exercitar estratégias para melhorar a eficiência de recomendação da adubação, com foco em sistemas de produção. "Com o valor dos fertilizantes cada dia maior, todos estão interessados em buscar formas de fazer uma aplicação mais eficiente", afirmou Borin.

Dentro dessa proposta, o objetivo específico foi interpretar análises do solo com modelos de produção distintos. Para isso, é importante utilizar o balanço de nutrientes como uma ferramenta de recomendação e identificar as fontes de melhor custo-benefício por região. A decisão sobre a redução e o consumo da reserva do solo deve buscar a máxima eficiência produtiva e economia dos fertilizantes, tendo em vista a melhor época para sua aplicação, considerando aspectos técnicos e de logística operacional.

O trabalho foi dividido em três blocos. O primeiro foi teórico, com os especialistas apresentando diferentes enfoques do tema. Em seguida, os inscritos participaram de uma dinâmica, na qual desenvolveram um plano de adubação. Na parte final, dois grupos foram escolhidos para apresentar seus planos, que foram analisados pelos pesquisadores. ■

DIVULGAÇÃO ABRAPA



***Workshop* foi coordenado por Ana Luíza Borin, pesquisadora da Embrapa**

SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

MILHO E SOJA COMANDAM A SAFRA 2021/22

AS COLHEITAS de milho e soja representam mais de 90% da produção nacional de grãos. As duas culturas tiveram comportamentos opostos na safra de 2021/22 em comparação a 2020/21. As condições climáticas adversas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (região Sul) e de Mato Grosso (região Centro-Oeste) afetaram a sojicultura, com queda de 138,0 milhões para 124,0 milhões de toneladas (-10,2%). Já no milho, houve um aumento na colheita de 87,1 milhões para 114,7 milhões de toneladas (31,7%), com um ótimo desempenho na segunda safra pós-colheita de soja na primeira safra. Isso se refletirá nas exportações deste ano, que tendem a aumentar no milho e diminuir na soja.

AVANÇO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE GRÃOS



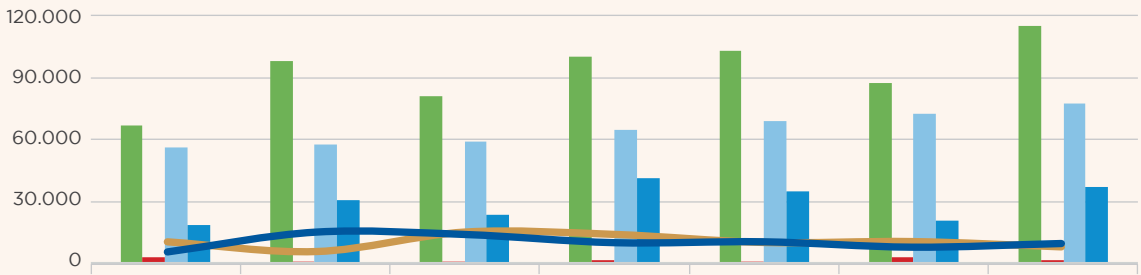
SÉRGIO MENDES
Diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)

Bons ventos sopram a favor do milho brasileiro. Impulsionada pelo excelente desempenho da safra, a ótima janela de produção atingiu 114,7 milhões de toneladas no ciclo 2021/22. Isso possibilitou ao Brasil suprir a falta do cereal no mercado internacional, tendo em vista a quebra de safra na América do Sul, segundo maior exportador mundial do grão, e os impactos nas relações comerciais entre países em decorrência da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Até julho deste ano, o Brasil exportou 12 milhões de toneladas do grão. Acreditamos que esse resultado será crescente com o aumento da demanda global. A ANEC estima em 41 milhões de toneladas a exportação da *commodity* neste ano – número semelhante ao último recorde, alcançado no ciclo 2018/19.

Atualmente, os principais países de destino do milho brasileiro são o Irã (28%), o Egito (22%) e a Coreia do Sul (8%), mas esse cenário deverá ganhar novos mercados consumidores. As expectativas, agora, são de abocanhar o mercado na Europa e na China. Nas páginas deste Caderno Especial, trazemos, inclusive, informações sobre como o nosso milho poderá atender esse novo e grandioso mercado.

BRASIL: SÉRIE HISTÓRICA DA OFERTA E DA DEMANDA DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Produção	66.531	97.843	80.710	100.043	102.586	87.097	114.691
Importação	3.336	953	901	1.596	1.453	3.091	1.900
Consumo	56.319	57.337	59.162	64.958	68.663	72.264	77.123
Exportação	18.847	30.813	23.742	41.074	34.893	20.816	37.500
Estoque inicial	10.531	5.231	15.876	14.582	10.189	10.674	7.782
Estoque final	5.231	15.876	14.582	10.189	10.674	7.782	9.750

Fonte: ANEC, com base em dados da Conab

Já para a soja, os dados da ANEC indicam que o Brasil embarcou 55,1 milhões de toneladas no primeiro semestre, uma queda de 8,87% quando em comparação ao mesmo período do ano passado. O recuo justifica-se pela quebra de safra expressiva, próxima de 30,0 milhões de toneladas, abaixo do esperado para o ciclo 2021/22, cabendo ao Brasil dois terços desse montante (20,0 milhões de toneladas).

Um destaque importante para observarmos no mercado internacional de grãos em 2022 é o trigo, com uma excelente safra. Bons preços incentivaram os produtores a ampliarem a plantação, que, em condições normais, representará um recorde histórico. Acreditamos no potencial do grão de percorrer o mesmo caminho positivo seguido pela soja. Para a nossa lembrança, em 1965, poucos acreditavam nos avanços dessa *commodity* brasileira no mercado internacional.

Deixamos um agradecimento especial à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo trabalho de pesquisa e tecnologia e aos grandes *players* internacionais de organismos geneticamente modificados (OGMs), que permitiram a adaptação das sementes de soja e milho às condições climáticas brasileiras, com ganhos constantes de produtividade.

REGULAMENTO EUROPEU DAS *COMMODITIES* EM ÁREAS DESMATADAS

FREDERICO FAVACHO
Consultor jurídico da ANEC e sócio do Santos Neto Advogados

Em outubro de 2020, o Parlamento Europeu (PE) aprovou o compromisso da União Europeia (UE) de se tornar o primeiro bloco neutro em relação ao clima em 2050. O conjunto de medidas adotadas para alcançar essa meta ficou conhecido como Pacto Ecológico Europeu (EGD, na sigla em inglês).

O pressuposto dessa decisão do PE considera como o principal motor do desmatamento e do impacto sobre o clima a expansão da produção de *commodities*, em especial carne bovina, cacau, café, dendê e soja. Assim, condiciona a colocação e a disponibilidade dessas *commodities* no mercado da UE à confirmação de que não provêm de áreas desmatadas a partir de 3 de dezembro de 2020, ainda que seja o desmatamento legal no país de origem.

Uma vez publicado, o regulamento terá força após um ano e, em caso de não observância, poderá determinar que os agentes em desconformidade adotem as medidas corretivas, sem prejuízo das seguintes penalidades:

- Apreensão das mercadorias, dos produtos e das receitas pertinentes;
- Multas, suspensão ou proibição de atividades econômicas relevantes;

- Exclusão dos processos de contratação pública.

Isso posto, produtores e exportadores brasileiros precisarão cooperar com os operadores europeus e os *traders* para atender os requisitos de informação e mitigação. Na nossa análise, a proposta pretende regular as atividades de produção externa da UE.

Embora a lei não proíba esse tipo de medida, o regulamento pode divergir das disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a inclusão da obrigação de tratamento por nação mais favorecida (*most-favored nation* – MFN) e de tratamento nacional (*national treatment* – NT) sob o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) ou os requisitos do Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, também em inglês). Nesse sentido, os membros da OMC não devem discriminar entre produtos "similares" importados de diferentes países e não devem conceder tratamento favorável a produtos nacionais.

No caso da sojicultura brasileira, esta se mostra sustentável há tempos. A Moratória da Soja, o Protocolo Soja Verde e o Soja Plus são exemplos de que o Brasil não sofrerá impactos com a vigência desse regulamento. Ainda assim, fica evidente que demandas desse tipo sobre a produção brasileira estão apenas começando.

DIGITALIZAÇÃO DOS CERTIFICADOS FITOSSANITÁRIOS NO COMÉRCIO EXTERIOR

MARCOS AMORIM

Presidente do Comitê de Contratos Externos da ANEC

O comércio exterior do Brasil tem os seus processos bastante automatizados. Trâmites aduaneiros e fitossanitários são feitos online, com pouco ou nenhum uso de papel. Mundialmente, importadores de grãos e outros produtos agrícolas ainda dependem de papéis, tanto para negociação, como para liberação aduaneira.

Para cada navio de soja ou contêiner de algodão, papéis são emitidos e precisam ser enviados ao destino. Clientes aguardam o recebimento para apresentá-los às aduanas, organizar o pagamento e cumprir trâmites bancários das cartas de crédito, entre outros.

No primeiro semestre deste ano, dois órgãos fundamentais para o comércio exterior, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Receita Federal, passaram por operação padrão dos auditores. O fluxo das importações e das exportações de produtos essenciais não foi interrompido, mas atividades como a emissão de certificados fitossanitários e o envio de documentos para o exterior via empresas de *courier* sofreram atrasos.

O certificado fitossanitário é essencial para que o importador garanta à autoridade sanitária do seu país que o produto vegetal importado respeita as condições para entrar. Os certificados brasileiros, desde o início da pandemia de COVID-19, são negociados em PDF, e a autenticidade é verificada online por meio de QR *code*. Porém, destinos importantes, como Vietnã, Rússia, União Europeia e Reino Unido, exigem a versão impressa.

Exportadores e *tradings* brasileiros devem garantir que os documentos de embarque cheguem ao destino antes da carga. Durante a operação padrão, o prazo para envio dos documentos originais por meio de *courier* deixou de atender as necessidades. Tornou-se comum que funcionários das empresas se deslocassem até países vizinhos para enviar os documentos ao destino. Em algumas empresas, viagens ocorriam semanalmente. Viagens até o destino final eram frequentes.

A situação reforça o entendimento da ANEC e da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA) sobre a importância da digitalização dos processos de comércio exterior de produtos agrícolas. O segundo semestre promete boas novidades nesse sentido, pois o MAPA deve emitir o primeiro certificado sanitário brasileiro de forma completamente eletrônica, denominado ePhyto.

Esse procedimento permite a comunicação direta entre autoridades dos países importador e exportador, sem a necessidade de documentos impressos. A ANEA e a ANEC apoiaram o consórcio responsável por financiar a troca do sistema, que permitirá aos ePhytos serem emitidos e à comunicação com países importadores acontecer.

Esse foi mais um passo importante para tornar o setor exportador mais eficiente. A ANEA e a ANEC parabenizam e agradecem ao MAPA pelo constante trabalho em prol do setor.

CUIDADO COM O MILHO PARA ATENDER O NOVO MERCADO

CHANTAL GABARDO
Engenheira-agrônoma

A perspectiva de recorde de produção de milho na safra 2021/22 vem se concretizando à medida que a colheita está em vias de finalização no Brasil. Da previsão oficial* de 114,7 milhões de toneladas, a ANEC estima que 41,0 milhões de toneladas serão direcionados à exportação. Isso sem considerar um novo e grandioso comprador: a China. Sendo o principal destino dos nossos grãos de soja exportados (quase 60 milhões de toneladas em 2021), o mercado chinês abre-se, agora, ao milho brasileiro.

Essa abertura está condicionada ao cumprimento de requisitos específicos, determinados de forma a definir os tópicos de fitossanidade, qualidade e operacionalização do fluxo. Cada mercado comprador tem suas exigências, e, nesse caso, não seria diferente. O que salta aos olhos, neste momento, é a atenção que deverá ser dada a questões que não são prioritárias para os demais destinos do nosso milho.

Alguns fatores envolvendo sementes, insetos e doenças precisarão ser controlados desde o cultivo no campo até o momento do carregamento no navio. Isso demanda um maior comprometimento dos produtores, da complexa cadeia logística e dos exportadores. Os controles a campo, durante o desenvolvimento das lavouras de milho, serão essenciais para garantir a ausência de doenças e a aprovação dos órgãos de fiscalização nacionais.

Também no campo, serão controladas plantas daninhas que infestam as plantações e não poderão estar presentes na colheita. Nesse caso, soma-se a necessidade de ajustes nos procedimentos de pré-limpeza dos grãos no recebimento das unidades compradoras, o que será essencial para a mitigação da presença desses organismos na cadeia. Em se tratando do sistema de operacionalização logística empregado no Brasil, os operadores e/ou as empresas exportadoras

SHUTTERSTOCK



deverão garantir fluxos segregados com produto destinado ao novo mercado.

Importante nesse processo é, também, a qualidade da amostragem realizada pelas empresas controladoras, que avaliam os grãos em diversas etapas da cadeia e identificam a presença de organismos indesejados, além de enviarem amostras para análises laboratoriais. A fumigação compulsória, prevista nos Contratos ANEC de exportação de milho e realizada por empresas especializadas, é a ação final para a ausência de insetos vivos nos carregamentos.

Ajustes serão necessários e concretizados desde que as oportunidades recompensem os esforços. Os sistemas brasileiros de produção e exportação terão de se adequar para abrir a possibilidade de atender a demanda, podendo, então, garantir a continuidade da parceria bilateral entre os países quanto a mais uma *commodity*. ■

*Com base em dados de agosto de 2022 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)



VEM AÍ O QUADRAGÉSIMO JANTAR ANEC

BARTIRA SANTA CATARINA
Gerente de Comunicação e Eventos da ANEC

O Jantar ANEC está de volta. Com enorme alegria, a ANEC anuncia, após dois anos, a realização do seu evento anual em formato presencial!

O tradicional jantar dos exportadores, dos produtores e dos *players* do mercado de grãos do País chega à sua 40ª edição, sendo reconhecidamente um dos principais momentos de confraternização e *networking* do setor de exportação de grãos. O local escolhido para a realização, desta vez, foi o Um Rooftop.

Excepcionalmente neste ano, acontecerá em 23 de novembro (uma quarta-feira), para não coincidir com a data de estreia do Brasil na Copa do Mundo do Qatar. Anote na agenda e participe desse grande reencontro do mercado!

Nessa edição, o Jantar ANEC conta com o patrocínio da Alphamar Agência Marítima e da Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda. e o apoio da Agrinvest Commodities e da Naabsa Shipping Agency & Marine Surveyors.

Vamos, juntos, celebrar os ótimos resultados do agro brasileiro nessa noite inesquecível!



Agenda: 40º Jantar ANEC
Data: 23 de novembro
Onde: Um Rooftop – Av. Prof. Francisco Morato, 365 – próximo ao Jockey, ao lado da Marginal Pinheiros, com acesso direto à Ponte Cidade Jardim



ALF RIBEIRO

SIAVS 2022 REGISTRA RECORDES E AMPLIA FORÇA SETORIAL

ABPA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL

TERMINOU COM recordes a edição 2022 do Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura (SIAVS), o maior evento dos setores no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) entre 9 e 11 de agosto último, no Anhembi Parque, em São Paulo-SP. Ao todo, 21 mil visitantes de 53 países estiveram presentes no evento – o maior número já registrado até aqui. Pelo Projeto Produtor, foram 1,9 mil avicultores e suinocultores integrados dos diversos polos de produção.

Principal marco político das cadeias produtivas, o SIAVS contou, na sua solenidade de abertura, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, juntamente da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, do vice-presidente, Hamilton Mourão, dos ministros da Agricultura, Marcos Montes, do Meio Ambiente, Joaquim Pereira Leite, da Educação, Victor Godoy, da Justiça, Anderson Gustavo Torres, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Rodrigues Britto, do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, do advogado-geral da Advocacia-Geral da União, Bruno Bianco Leal, além de outras autoridades e lideranças do agronegócio brasileiro.

Com a presença de cerca de 2 mil pessoas no Palácio de Convenções Celso Furtado, o SIAVS iniciou a sua programação com uma palestra do ministro Joaquim Pereira Leite, que abordou o tema "Sustentabilidade e a produção de alimentos", tratando de práticas inovadoras e a conexão dessas propostas com a expectativa global da produção e do consumo de alimentos.

Seguindo a mesma proposta de tema, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, recebeu em mãos o estudo de competitividade elaborado pela ABPA e trouxe, no seu discurso, os movimentos do trabalho no campo em todo o País e a responsabilidade dos produtores brasileiros quanto ao futuro da indústria alimentícia. "Nós somos a produção-chave de alimentos no mundo", destacou Bolsonaro, reforçando o fato de o Brasil ser o maior produtor e exportador de carnes suína e de aves do mundo.

Além de Bolsonaro e sete atuais ministros, a solenidade contou com a presença do presidente do Conselho Consultivo, Francisco Turra, do presidente do Conselho Diretivo, Leomar Somensi, e do presidente da ABPA, Ricardo Santin.

"Enquanto as gôndolas de supermercados mundo afora esvaziavam-se durante a pandemia de COVID-19, o Brasil crescia em produção e mantinha a comida na mesa dos brasileiros. Os produtores rurais brasileiros são protagonistas na dedicação pela alimentação de milhões de pessoas no Brasil e no mundo", disse Santin.

Após a abertura, uma ampla programação de palestras e debates foi iniciada, com o tema geral "Produção sustentável: caminhos para a segurança alimentar global". Ao todo, 2.300 congressistas e oitenta palestrantes participaram dos temários técnicos e conjunturais. Entre os destaques, esteve o Painel dos CEOs, com líderes de agroindústrias do setor em debate sobre os rumos da cadeia produtiva. Painéis sobre projeções de futuro para a proteína animal, competitividade, gestão de crise, logística, questões técnicas sobre antimicrobianos, salmonelose e outros temas estiveram na pauta de debates.

Com área 30% maior, o SIAVS contou com cerca de duzentos expositores de equipamentos, insumos biológicos e farmacêuticos, rações e outros fornecedores de diversas áreas da cadeia produtiva, que expuseram em mais de 20 mil metros quadrados suas tecnologias e produtos voltados para a produção de proteína animal.

Em todas as edições do SIAVS, a ABPA homenageia três grandes personalidades do setor nos seus campos técnico, empresarial e político. Em 2022, não foi diferente! Simbolizada pelo Troféu Mérito Lauriston Von Schmidt, a premiação de campo técnico foi entregue a **Ana Lúcia de Paula Viana**, médica-veterinária, auditora fiscal, diretora do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e primeira mulher da história a assumir o posto mais importante dentro do serviço de inspeção federal de produtos de origem animal no Brasil.

Para o destaque político no setor, o premiado foi o deputado federal **Domingos Sávio** (PL/MG), que está, atualmente, no seu terceiro mandato e é membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Teve grande importância e participação na votação do novo Código Florestal e é um defensor das causas do meio rural.

No destaque empresarial, **Flávio Rogério Wallauer** foi premiado representando a frente de desenvolvimento genético. Fundador da Agrogen, da Frangosul e da Vibra, gera, hoje, milhares de empregos e exporta a sua produção para mais de cinquenta países.

Com o SIAVS MultiProteínas, mais de quarenta agroindústrias produtoras de aves, suínos, bovinos, lácteos, bubalinos e peixes de cultivo realizaram negócios com importadores e representantes do varejo nacional que estiveram presentes.

As grandes empresas de equipamentos para o setor, casas genéticas, laboratórios, fabricantes de rações e prestadoras de serviços participaram da feira, juntamente de decisores de compras dos frigoríficos, produtores integrados e independentes das agroindústrias, importadores de mercados-alvo para as proteínas do Brasil, supermercadistas de atacado e varejo, entre outros.

O SIAVS 2022 também contou com a participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Com linhas de crédito especiais para o público do agro, as instituições financeiras levaram unidades itinerantes, que estavam estacionadas em meio à feira.

ALF RIBEIRO



Focado em inovação e promoção de novas oportunidades, o SIAVS trouxe, nessa edição, atrações exclusivas, como o SIAVS Talks, uma iniciativa inédita no evento que reuniu incubadoras de empresas, instituições de pesquisa e acadêmicos, além de empresários do setor em um espaço exclusivo com apresentações inspiradas no formato TED, em meio à exposição comercial.

Também contou com o SIAVS Experience, uma imersão na cadeia produtiva com uma área de mais de 70 metros quadrados destinada exclusivamente à experiência com telas gigantes de LED em um labirinto com jogos de espelhos, além de uma sala com projeção mapeada que promoveu uma ilusão de ótica em três

dimensões. A experiência se tornou completa com sonorização e, também, um cheiro de mata que foi liberado estrategicamente por odorizadores espalhados pelo espaço.

Ao final, o presidente da ABPA, Ricardo Santin, comemorou a retomada do evento: "Um grande sucesso! A retomada do SIAVS foi a consagração de um setor que não deixou faltar comida na mesa dos brasileiros após um dos períodos mais difíceis da história da humanidade. E fomos além: debatemos como atender uma demanda global crescente, garantindo uma produção sustentável e preservando recursos naturais. Quebramos recordes de participação no evento e, também, na produção e na exportação de carnes de aves, suínos e ovos, mas, sobretudo, reforçamos a importância do Brasil para apoiar a segurança alimentar do Planeta," finalizou.


ALF RIBEIRO

US$ 800 MILHÕES SOMENTE EM EXPORTAÇÕES

O maior evento da avicultura e da suinocultura do Brasil encerrou-se, mas a contabilização de negócios não para. Levantamentos feitos pela ABPA indicam que as projeções de negócios realizados durante o SIAVS devem ultrapassar os US$ 800 milhões.

Os números resultam exclusivamente da participação de 48 agroindústrias produtoras e exportadoras de carne de aves, suínos, ovos, lácteos, patos, peixes de cultivo e material genético em uma ação inserida no SIAVS a partir da parceria entre a ABPA e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Não são considerados, nessa conta, negócios fechados por expositores de equipamentos, ração, insumos biológicos, certificadoras e outros participantes do evento.

Segundo as empresas consultadas, os negócios realizados e os contatos estabelecidos durante o evento deverão resultar em US$ 880,3 milhões em exportações nos próximos doze meses. Apenas nos três dias do evento, de acordo com as empresas associadas, os negócios estabelecidos alcançaram US$ 544,3 milhões.

Segundo a ABPA, o SIAVS atraiu para a capital paulista importadores dos mercados da Colômbia, do Peru, da Dinamarca, da Coreia do Sul, da Malásia, da África do Sul, das Filipinas, do México, da Tailândia, da Nigéria, do Iraque, do Qatar, da República Dominicana, da Alemanha e dos Estados Unidos, além de *traders* e outros tradicionais clientes dos produtos exportados pelo Brasil.



ALF RIBEIRO

Além disso, durante o SIAVS deste ano, a parceria entre a ABPA e a ApexBrasil levou para São Paulo 28 jornalistas estrangeiros por meio do Projeto Imagem, quinze importadores por meio do Projeto Comprador e quinze formadores de opinião de mercados estratégicos via Projeto Formadores de Opinião.

"O SIAVS foi um marco histórico para a cadeia produtiva de proteína animal sob diversos aspectos, seja político, técnico ou comercial. Os números e as consultas mostraram que a promoção de negócios e o fomento à geração de receitas cambiais para as cadeias produtivas

superaram, e muito, as expectativas. O volume de negócios projetados e realizados nos corredores do Anhembi terá um significativo impacto positivo sobre a balança comercial da avicultura e da suinocultura do Brasil", avalia o presidente da ABPA, Ricardo Santin.


ALF RIBEIRO

CEOS EM DEBATE

Um dos destaques da programação é o tradicional Painel dos CEOs, que contou com líderes de grandes empresas e cooperativas do setor produtivo. Moderado pelo presidente da ABPA, Ricardo Santin, o painel empresarial trouxe *cases*, experiências, tendências e boas práticas de empresas como BRF, Seara, Aurora e São Salvador Alimentos, respectivamente representadas por seus CEOs Lorival Nogueira, João Campos, Neivor Canton e José Garrote.

Entre os desafios citados e discutidos no debate, estiveram pontos sobre como aumentar em 70% de forma sustentável o abastecimento global de proteína no mundo em um futuro com 9,7 bilhões de pessoas (até 2050).

Quando foram discutidas exportações e rentabilidade, os convidados trouxeram números impactantes já em 2022, como o aumento de 25% no preço do frango exportado em contrapartida a apenas 9% na carne suína.

"Ainda temos o desafio do preparo da carne suína: desmistificar a carne suína para alavancar esses números", reforçou Lorival Nogueira, da BRF.

O tema da sustentabilidade ambiental, social e financeira foi bastante explorado por meio das práticas já experimentadas pelas companhias, como a ampliação do uso de energias renováveis, a eletrificação da frota, a promoção da cadeia bovina de baixo carbono, além do investimento de R$ 4 bilhões para ações ESG, geração de empregos exclusivos para mulheres, inovação e tecnologia e preparação técnica de integrados em 2022.


ALF RIBEIRO

GOVERNADOR DE SÃO PAULO PRESENTE

Para reforço do discurso e incentivo a um novo caminho para os negócios sustentáveis, o governador do estado de São Paulo, Rodrigo Garcia, esteve presente, ao lado do secretário da Secretaria de Agricultura, Francisco Matturro, e mencionou para o público o investimento recorde do governo paulista em pesquisa agropecuária. Mas disse, também, que é preciso avançar mais. Lembrou a origem "caipira" e disse que, apesar de industrial, o estado tem uma vocação essencialmente agrícola. "É a representação do que é o nosso País. Desde os tempos do café, da cana-de-açúcar, da bovinocultura e, agora, da avicultura e da suinocultura. A realização do SIAVS aqui é prova disso, e os setores terão ainda mais o nosso incentivo", frisou.

LIDERANÇAS FEMININAS

A programação do SIAVS contou com uma agenda exclusiva para compartilhar práticas de negócios desenvolvidas por lideranças femininas. O painel "Mulheres das proteínas: gestão dos programas de sustentabilidade" reuniu personalidades de destaque no agronegócio para debater desafios e tendências do empreendedorismo rural, com foco na ampliação da geração de negócios e da rentabilidade da propriedade.

Nomes de produtoras de sucesso, como Luciana Dalmagro, coordenadora adjunta da Comissão Técnica de Avicultura e Suinocultura da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), Chris Morais, presidente da Câmara Setorial da Pecuária, na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Ana Claudia Badra Cotait, presidente do Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC), e Lia Treptow Coswig, auditora fiscal agropecuária, compuseram a mesa de debate, mediada por Joanita Maestri Karoleski, presidente do Fundo JBS pela Amazônia.

Numa tarde de troca e dicas de boas práticas em ESG, negócios e sustentabilidade econômica, as convidadas discutiram como ampliar a participação das mulheres no agronegócio e de que forma isso impacta positivamente os resultados.

Entre os dados apresentados, sabe-se que, até 2019, cerca de 18% das propriedades rurais eram lideradas pelas mulheres. Entre os destaques listados pelas experiências em suas propriedades e negócios, está o equilíbrio entre sustentabilidade ambiental e longevidade econômica. Segundo Chris Morais, o investimento em pesquisa, ciência e empreendedorismo aumentou a sua capacidade de produção em mais de 600%.

Dicas simples, práticas e sustentáveis do dia a dia também foram citadas, como o uso e a produção de biogás, pastagens sustentáveis, reutilização de ferro velho e outros pontos que impactam de forma direta o aumento do quilo da carcaça.

Apesar do olhar sistêmico e diferenciado das mulheres no campo, as convidadas reafirmaram a dificuldade de unir forças e chegar até as mulheres do agro e reforçaram suas metas para unir forças em negócios com mais lideranças femininas e respeito ao meio ambiente.

IMAGEM INTERNACIONAL

A ABPA e a ApexBrasil promoveram, no SIAVS, o painel "Imagem do agronegócio", com foco na discussão dos desafios de imagem da produção brasileira no exterior e da importância da projeção de reputação nos negócios agro. O debate deu-se com moderação de Sara Kirchhof e presença de Augusto Pestana, presidente da ApexBrasil, Sula Alves, diretora técnica da ABPA, e Ibiapaba Netto, diretor-executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR).

O painel contou com a apresentação das estratégias do País para o fortalecimento da imagem do campo brasileiro junto ao mercado global e o traçado de quais caminhos usados para fortalecer a boa percepção da produção sustentável e da qualidade dos nossos produtos no mercado mundial de alimentos. Entre os desafios de reputação, estava pautado o *fit* cultural e de valores sociais a ser entregue como diferencial nas negociações globais.

Para Augusto Pestana, a pandemia e a guerra agravaram a situação da segurança energética, sobretudo na Europa, e, agora, a manutenção das relações entre os países será decisiva para incentivar a produção e o desenvolvimento. ■

ALF RIBEIRO



PRÓXIMA EDIÇÃO

A próxima edição do SIAVS já tem data marcada: acontecerá entre 6 e 8 de agosto de 2023, no Distrito Anhembi, em São Paulo-SP. Acompanhe as novidades sobre o evento pelo site www.siavs.com.br.

ACESSO AO CRÉDITO RURAL ESTÁ PRESSIONADO PELOS CUSTOS DE PRODUÇÃO ELEVADOS



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O PLANO Safra 2022/2023 começou oficialmente em 1º de julho último, e, mesmo diante do aperto orçamentário e do turbulento ambiente macroeconômico, o governo federal atuou para amenizar o impacto da elevação da Selic e conseguiu expandir os recursos programados para o crédito rural.

Contudo, a qualidade dessa expansão preocupou o setor, pois a maior ampliação no volume deu-se sobre a parcela de recursos com taxas de juros livres. Do montante de R$ 340,88 bilhões anunciados (+36%), R$ 145,18 bilhões serão ofertados a juros livres e R$ 195,70 bilhões a juros controlados – aumentos de 69% e 18%, respectivamente, em comparação à safra passada.

Além disso, tendo passado menos de um mês do início da safra, os recursos equalizáveis para operações de investimento atingiram um elevado nível de comprometimento, obrigando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a suspender dois importantes programas – ABC+ e PCA (construção de armazéns) –, priorizados, inclusive, com juros menores.

Mas a maior preocupação reside no crédito de custeio, que, no primeiro mês, registrou um crescimento de 49% em valor de contratações em comparação a julho de 2021. Cabe lembrar que, em janeiro deste ano, o recurso para subvencionar os juros do Plano Safra 2021/2022 se exauriu. Agora, desde o início da safra, produtores relatam dificuldades para contratar com juros subvencionados, especialmente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Banco do Brasil já suspendeu alguns programas, fazendo com que os pedidos dos agricultores se acumulem nas esteiras de crédito.

Em meados de agosto último, para contornar as dificuldades, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) anunciou o remanejamento de recursos equalizados, garantindo mais R$ 1,80 bilhão para o Pronaf Custeio. Espera-se um aporte extra de R$ 4,74 bilhões, totalizando um adicional de R$ 6,54 bilhões de recursos equalizados – um aumento de 12%.

Contudo, as incertezas são grandes e os riscos de novas suspensões são elevados, uma vez que os custos em alta continuam demandando um maior volume de recursos para custear a produção. Muitos produtores vão ter de recorrer a um *mix* de financiamentos com taxas de juros controlados e livres, o que aumenta o custo financeiro e o risco das operações de crédito, bem como os custos totais de produção. O problema reside nesse ponto, pois quanto menor for a oferta de crédito com taxa de juros controlados, maior será a necessidade de acesso às linhas com juros livres, que estão entre 16% e 18% a.a.

Esse cenário reforça a importância das medidas estruturantes que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as Federações vêm defendendo junto ao Governo, para ampliar tanto a oferta de crédito com recursos controlados, quanto de crédito privado por meio do fomento aos instrumentos privados de financiamento e de acesso ao mercado de capitais.

Por outro lado, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) também enfrenta restrições orçamentárias. Dos R$ 990 milhões programados para 2022, 92% já foram liberados para o pagamento da subvenção. Todavia, em decorrência do aumento dos custos de produção e da sinistralidade recente, demanda-se R$ 1,7 bilhão, sendo que R$ 200 milhões podem ser suplementados por um Projeto de Lei (PL). Ainda faltariam R$ 510 milhões.

O seguro rural é um importante mitigador de risco para as operações de crédito rural, sendo fundamental para estimular novos mecanismos de financiamento da produção.

Considerando que o setor agropecuário está iniciando o plantio da safra de verão, é preciso rapidamente superar as dificuldades orçamentárias para viabilizar a disponibilização dos recursos dos programas oficiais em tempo e hora, assim como suplementar recursos ao PSR para garantir um maior acesso aos instrumentos de gerenciamento de risco. A demanda mundial por alimentos é crescente, o setor agropecuário está preparado para investir, mas é essencial garantir o acesso aos insumos, à tecnologia e aos instrumentos que impulsionam a produção. ■



DIÁRIO DE BORDO

SURFAR OU SE AFOGAR

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e presidente da Academia Brasileira de Ciências Agronômicas (ABCA)

OS TEMPOS da Guerra Fria ficaram para trás, em boa parte soterrados pelas ruínas do Muro de Berlim. A partir daí, o mundo viveu um período de certa tranquilidade, em que as palavras "cooperação" e "competição" conviveram no contexto internacional sob os auspícios das instituições multilaterais, coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o passar do tempo, países foram se desenvolvendo e blocos se formaram (nem sempre com homogeneidade de seus membros) ou perderam componentes. Os asiáticos – puxados pela China – tiveram uma explosão de enriquecimento, e os interesses foram mudando. Sem lideranças fortes, algumas organizações multilaterais perderam protagonismo.

Em um contexto mais recente, tensões voltaram com a pandemia de COVID-19, a exemplo do desmantelamento de cadeias globais de suprimentos, trazendo uma inflação de alimentos, acompanhada de um crescimento da fome. Outro marco foi a guerra na Ucrânia, tornando o cenário ainda mais crítico e nos colocando diante de dois fantasmas que assombram a humanidade: segurança alimentar e crise energética. Preocupações com mudanças climáticas e sustentabilidade somam-se aos desafios do momento.

Nesse quadro um tanto caótico, não há dúvida de que a segurança alimentar é o maior dos problemas. Pode faltar energia ou qualquer outro insumo, mas comida não pode.

A recente crise política no Sri Lanka mostra a verdadeira grandeza do tema: a fome derruba governos, como vimos também durante a Primavera Árabe. Portanto, segurança alimentar é essencial para a estabilidade política e social das nações.

"...a segurança alimentar é essencial para a estabilidade política e social das nações."

Nessa esteira, vem surgindo um novo protecionismo, alimentado por questões absolutamente prioritárias em si mesmas, como a defesa do meio ambiente, mas que se transformam em possíveis barreiras não tarifárias. No mesmo período em que essas transformações foram acontecendo, o Brasil trabalhou arduamente para ampliar a sua participação no cenário mundial do comércio agrícola. E ganhou. Os números não escondem: em 2000, o agro brasileiro exportou US$ 21 bilhões em números redondos; e, no ano passado, o resultado chegou a US$ 121 bilhões! Neste ano, pode ultrapassar US$ 140 bilhões, para duzentos países.

Ora, é óbvio que esse crescimento espetacular tirou mercado de "alguém", que, evidentemente, não está feliz e fará de tudo para recuperar o espaço perdido. Por esse motivo, precisamos prestigiar a Organização Mundial do Comércio (OMC), instrumento da ONU para harmonizar as regras do mercado de alimentos, por exemplo.

É relevante chamar a atenção para a atuação do representante brasileiro junto à OMC, o embaixador Alexandre Parola, um dos mais competentes quadros do muito bem formado Itamaraty. É essencial que ele continue a nos defender no delicado tema do comércio agrícola "contaminado" pelo neoprotecionismo com tintas ambientais. O setor privado também precisa organizar-se para essa disputada campanha. Devemos diversificar as cadeias de suprimentos, bem como a pauta de exportações, buscando novos mercados e os suprindo com a quantidade e a qualidade desejadas.

Somos um grande país produtor de alimentos e podemos atender novas demandas. São tempos ideais para surfar competentemente a onda da produção sustentável. O contrário é morrer afogado. ■

PRODUZIR

CRÉDITO AGRÍCOLA: MAIS UM PASSO PARA MODERNIZAR

TERESA CRISTINA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



NÃO É de hoje que discutimos a necessidade urgente de modernizar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com foco na maior oferta de recursos a quem produz e na redução do risco a quem oferece o financiamento. Ficou no passado o tempo em que apenas os recursos públicos eram capazes de financiar o custeio das lavouras. Cada vez mais, os produtores rurais buscam fontes alternativas de financiamento.

O destaque mais recente vem com a aprovação da Lei nº 14.421/22, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro e publicada no Diário Oficial da União em 20 de julho último. Chamada de "Lei do Agro 2", amplia o alcance das Cédulas de Produto Rural (CPRs). Trata-se de um fato muito positivo para o setor.

A partir de agora, a CPR poderá ser emitida para financiar atividades antes e depois da porteira, como, respectivamente, (i) a comercialização de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas e de armazenagem e (ii) a industrialização de produtos agropecuários. Com isso, revendas, agroindústrias e empresas de insumos e comercialização também poderão emitir o título, mas sem contar com a isenção fiscal, que segue restrita aos produtores rurais.

Trata-se de um complemento da Lei nº 13.986/20, chamada, agora, de "Lei do Agro 1", que vem permitindo um uso cada vez maior da CPR no mercado de capitais, como forma de ampliar o financiamento e os investimentos atrelados ao agronegócio.

A publicação da "Lei do Agro 2" traz mais segurança jurídica ao produtor rural, que ainda estava limitado no acesso a essas ferramentas modernas de financiamento do agronegócio, tendo, muitas vezes, de colocar o seu patrimônio em risco. Como faltava clareza, a expectativa é de que haja ganhos para ambos os lados, tanto para quem financia o agronegócio, quanto para quem está tomando esse financiamento.

Outro destaque é o incentivo ao financiamento de práticas sustentáveis. A Lei diz que as CPRs poderão ser objeto de emissão quando relacionadas "à conservação, recuperação e manejo sustentável de florestas nativas e dos respectivos biomas, de áreas degradadas e à prestação de serviços ambientais na propriedade rural que vierem a ser definidas pelo Poder Executivo como ambientalmente sustentáveis". Antes da mudança, a Lei focava apenas na conservação de florestas e os respectivos biomas no âmbito público.

Mas as mudanças não param por aí. A nova Lei modificou o chamado Patrimônio Rural em Afetação (PRA), instrumento pelo qual o produtor pode dar apenas uma fração do seu imóvel, por exemplo, como garantia para um financiamento, em vez de toda a propriedade. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) prevê que as alienações fiduciárias sejam substituídas aos poucos pelo PRA, já que as garantias estarão mais adequadas ao valor real do crédito.

Parecem detalhes burocráticos, mas são mudanças na legislação que vêm sendo estudadas por especialistas e defendidas por lideranças do setor rural há algum tempo. Esperamos, agora, que todos os envolvidos – setor financeiro, setor produtivo e governos – consigam dar celeridade à modernização dos processos. Esperamos que, em breve, possamos testemunhar, na prática, uma oferta maior de crédito ao agronegócio, com juros viáveis e justos para todos. ■

Nova lei traz mais segurança jurídica ao produtor rural e amplia o alcance das CPRs.



O uso de energias renováveis e sustentáveis é uma realidade no estado de São Paulo.

OPINIÃO

BIOENERGIA: FONTE DE UM FUTURO MELHOR

FRANCISCO MATTURRO
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O CENÁRIO sociopolítico mundial confirma a urgente necessidade de produção de energia diversificada e renovável. A sustentabilidade nunca esteve tão em evidência, e o Brasil e o estado de São Paulo podem ocupar um lugar de referência nesse quesito. Afinal, somos um dos pioneiros na produção de bioenergia, investindo, por exemplo, na produção de etanol desde a década de 1970.

A bioenergia está no foco da solução de problemas que vão do preço elevado da energia produzida por combustíveis fósseis à necessidade de produção de energia limpa e sustentável para preservar o Planeta.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo está atenta a essas demandas e investe no desenvolvimento científico da bioenergia e no fomento a esse setor.

São Paulo é o líder brasileiro na produção de cana-de-açúcar e seus produtos, como etanol, açúcar e eletricidade a partir de biomassa. O estado conta com 165 usinas de bioenergia, com potência instalada para uma geração de eletricidade de 6,3 mil megawatts (MW) a partir de cana-de-açúcar – valor equivalente a 53% da potência da Usina de Itaipu. É importante ressaltar que a maior parte da bioeletricidade do setor sucroenergético é produzida na época da seca, quando os reservatórios de água das hidrelétricas estão baixos.

O biogás, o biometano e o uso de subprodutos para a produção de calor e eletricidade no setor sucroenergético também já são uma realidade.

A Secretaria apoia, também, pesquisas em todos os aspectos da cultura de cana-de-açúcar, por meio do Centro de Cana do Instituto Agronômico (IAC), localizado em Ribeirão Preto, que é referência no Brasil e no exterior em pesquisas na área. Atualmente, os nossos 122 servidores do Centro, em conjunto a mais de 190 empresas parceiras, buscam formas de melhorar a produtividade da canavicultura paulista, saindo da média de 86 toneladas por hectare para chegar a índices superiores a 100 toneladas por hectare, com uma média de sete cortes.

Outro campo importante de estudos do IAC é a área de solos. O Centro de Solos do IAC, por exemplo, desenvolve pesquisas sobre emissões de gases do efeito estufa (GEE) associados à produção de etanol de cana-de-açúcar. Resultados recentes apontam que os fatores de emissão de GEE derivados do uso de fertilizantes em cana no Brasil são cerca de 30% inferiores aos valores de referência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), evidenciando ainda mais a sustentabilidade do etanol brasileiro.

As possibilidades de produção de energia limpa e renovável dentro dessa cadeia estão longe de se esgotar, e a Câmara Setorial do Açúcar, Álcool e Bioenergia do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria, cumpre o papel de ser um dos principais foros de discussão, demandas e propostas de solução para o setor, que é um dos mais importantes da economia de São Paulo.

Esses números mostram a expressividade do setor, a sua constante evolução e o papel fundamental da Secretaria na busca de um uso cada vez maior de combustíveis renováveis para produzir mais, protegendo ainda mais o nosso Planeta. ■

REFLEXÃO

INTEGRAÇÃO: O CAMINHO DO BRASIL

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



O talento vence jogos, mas só o trabalho em equipe ganha campeonatos.

Michael Jordan

EM RÁPIDAS mudanças, nem sempre previstas com certa antecedência, e sob um elevado grau de incerteza, o nosso mundo vem absorvendo a pandemia e seus tremendos impactos, duas guerras – a quente entre a Rússia e a Ucrânia e a fria entre os EUA e a China –, com a temperatura do Planeta medida em inflação, sob o efeito ascendente dos juros e o crescente déficit fiscal dos países.

Da palavra mágica "eficiência", somada a "sustentabilidade" e "governança", o mundo passou, de repente, à busca frenética por "segurança" – no caso, a alimentar e a energética –, atropelando áreas de preservação e com uma queima crescente de combustíveis fósseis, postergando o foco nas mudanças climáticas e a luta pela preservação da natureza. Esse é o diagnóstico de analistas da revista The Economist e de jornais como Financial Times, The Washington Post, entre outros.

Nesse cenário, se desenrolou o 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), promovido pela ABAG e pela B3 em agosto, com o tema "Integrar para Fortalecer". A estratégia de integração começa pelo comportamento dos setores público e privado na defesa dos interesses comuns do País: por exemplo, para reverter a narrativa internacional sobre o Brasil, com ações internas e externas de comunicação sobre a sua imagem, com atuação conjunta em organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da participação de ambos os setores nas reuniões sobre as mudanças climáticas – as COPs. Essa nova forma de agir reconhecerá as contribuições de ambos os setores e valorizará a capacidade diplomática brasileira, sempre reconhecida no mundo. Isso irá requerer coordenação e postura patriótica, em um mundo que se torna mais protecionista, tem a OMC fragilizada e urge por reformas.

Ao mesmo tempo, o agro será um agente importante no desenvolvimento do novo mercado global de carbono, mas precisa de integração. O Brasil conta com a menor pegada de carbono nas suas cadeias produtivas, mas terá de cumprir exigências, como o rito do Decreto nº 11.075/22, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltado ao preparo das empresas, com um prazo de 180 dias. Trata-se, pois, de ter métricas aceitas no mundo, com certificação e rastreabilidade. É assim que a mobilidade na nossa plataforma tropical de veículos flexíveis e híbridos em construção seguirá encaminhando biocombustíveis em motores de combustão interna e elétricos, no caminho da célula de combustível, com base em hidrogênio. Isso também requer políticas públicas de suporte, na lógica da descarbonização e da competitividade das cadeias produtivas. Afinal, investimentos dependem de confiança.

A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é a tecnologia do mundo tropical. Trata-se de melhorar a biodinâmica dos solos e agregar receita com ofertas durante o ano nas mesmas áreas. Pode-se ter soja, milho e trigo em sequência em muitas regiões, assim como cana, milho e soja, milho e pastagem em desenvolvimento, com elevada produtividade. O protagonismo da segunda safra do ano é formidável, assim como a profissionalização da cultura de milho, que deverá superar a de trigo em comercialização. O agro brasileiro, sem firulas, é respeitável, competitivo e confiável.

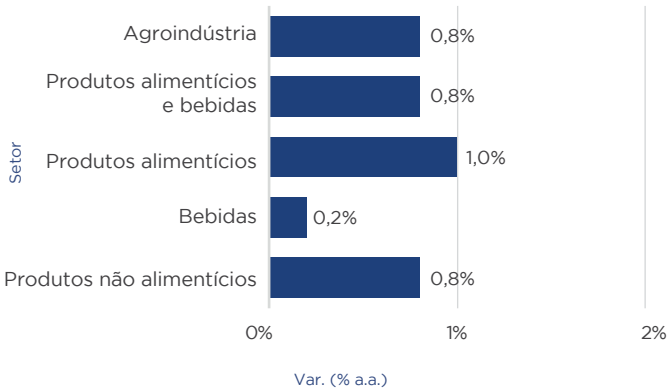
Há um potencial de melhoria espetacular, sempre na linha de recuperar, regenerar. A nossa integração agroindustrial traz claras vantagens, que precisam ser entendidas pelo mundo temperado, e as suas diferenças têm de ser incorporadas a qualquer modelo ou métrica sobre sustentabilidade. Isso é tão legítimo quanto as cobranças sobre a preservação brasileira da Amazônia. ■

"...o agro será um agente importante no desenvolvimento do novo mercado global de carbono, mas precisa de integração."

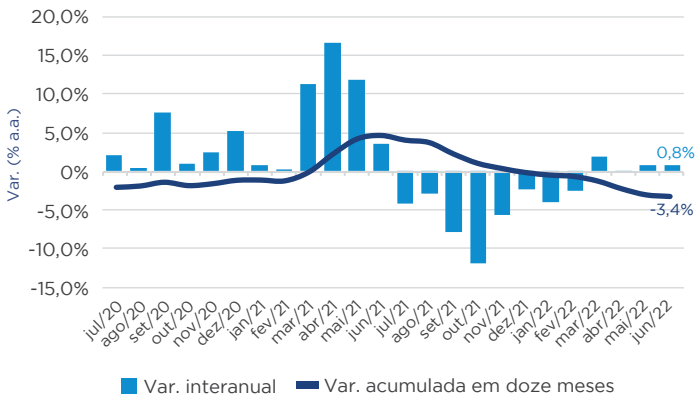
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: JUNHO DE 2022

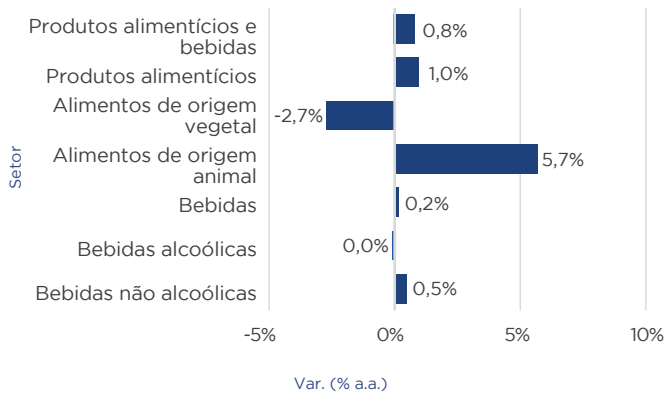
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JUNHO DE 2022



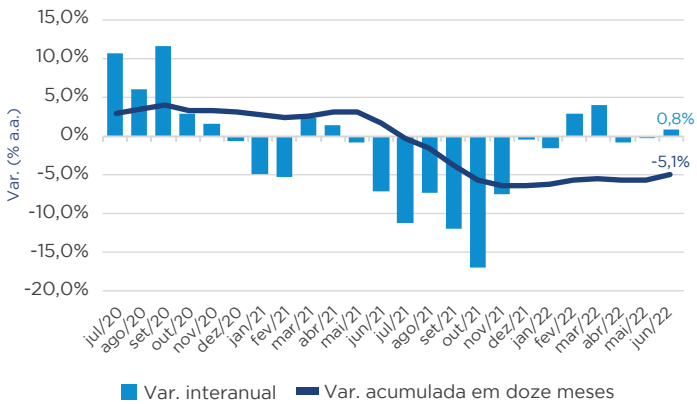
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



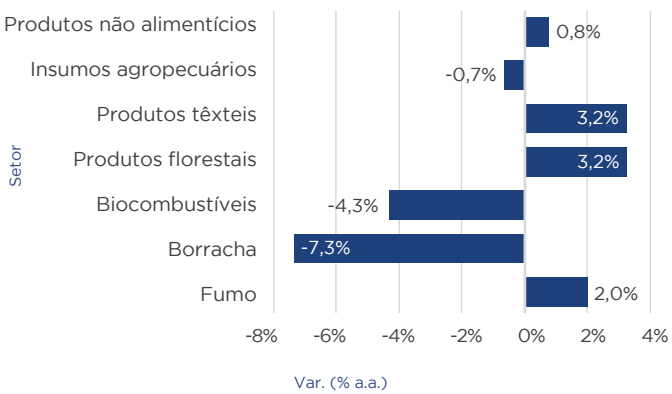
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JUNHO DE 2022



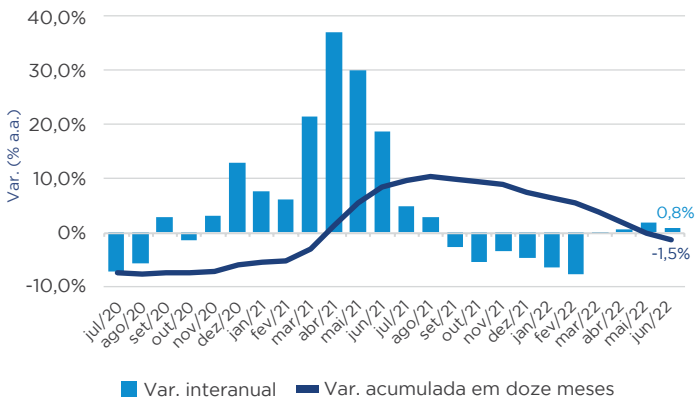
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JUNHO DE 2022



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


Tech and Soul
[B]3
Registrar sua CPR na bolsa do Brasil é simplicidade para você e transparência para o mercado.
Desde 1º de janeiro de 2022, o valor mínimo da obrigatoriedade de registro das CPRs, emitidas fora do mercado financeiro, passou de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Somos líderes do segmento, com um estoque de quase R$ 100 bilhões e mais de 100 diferentes produtos registrados*.
*Fechamento de jan/22
Acesse e saiba mais
[B]3

21º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

INTEGRAR PARA FORTALECER

No ano em que o
Congresso Brasileiro do Agronegócio
celebra 21 anos de existência, o agronegócio
tem muitas conquistas para comemorar.
Foram duas décadas de grandes transformações
nas cadeias produtivas de alimentos,
fibras e energias renováveis.
Com o tema "Integrar para Fortalecer",
o Congresso buscou mostrar como o
protagonismo do agro brasileiro é fundamental
ao país e às expectativas globais relacionadas à
segurança alimentar.
Agradecemos as parcerias e o apoio das
empresas patrocinadoras, fundamentais
para o sucesso do evento.

Reserve sua agenda para participar
da 22º edição, que será realizada em
07 de agosto de 2023.

abag

[B]3

Patrocinador Diamante

BAYER

BB SEGUROS

JBS

SONDA
make it easy

Patrocinador Ouro

agroceres

apexBrasil

bradesco

CASE IH

CNA SENAR

CropLife BRASIL

NEW HOLLAND AGRICULTURE
SEMPRE COM VOCÊ

OCP BRASIL

SistemaOCB

syngenta

YARA
Knowledge grows

Patrocinador Prata

AURORA COOP

BASF

Cargill

cooxupé

FAESP

inpEV

jacto

Mosaic Fertilizantes